



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Extraordinária Evocativa 25ABR2024

N.º 29/2021-2025

Data: 25 de abril de 2024 (quinta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos do artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Daniela Ribeiro Alegria, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Mariana Alvelos Silva.

Grupo Municipal do Partido Chega: Armando Loureiro substitui Sérgio Louro.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia

1. Abertura da Sessão: intervenção do Presidente da Assembleia Municipal;
2. Intervenção do líder ou representante do Grupo Municipal do Partido Chega;
3. Intervenção do líder ou representante do Grupo Municipal do Partido Socialista;
4. Intervenção do líder ou representante do Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos "Unir Para Fazer";
5. Intervenção do líder ou representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata;
6. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal.
7. Intervenção de três alunos da Assembleia Municipal Jovem representantes dos três Agrupamentos de Escolas do Município.
8. Exortação sobre o 25 de Abril: Eng. Senos da Fonseca e Eng. Manuel Rocha Galante.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo).

Às 17h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (00':14")

«Minhas Senhoras e Meus Senhores. Senhoras e Senhores Deputados. Digníssimo Executivo. Convidados. Público aqui presente. Imprensa e todos os que nos acompanham em casa através da transmissão da nossa página do Facebook. Sejam todos bem-vindos à Sessão Extraordinária Evocativa dos 50 anos do 25 de Abril. Vamos começar por fazer a chamada, pedindo a minha Segunda Secretária que proceda em conformidade.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (00':57")

«Boa tarde a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02':45")

«Muito obrigado. De acordo com os números 1 e 2 do artigo 76, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, o eleito João Pedro Ribeiro Casqueira, do Grupo Municipal do Movimento "Unir Para Fazer", requereu a sua renúncia ao mandato, pelo que o Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal dará o seguimento processual adequado, nomeadamente a comunicação à Câmara Municipal e ao Ministério da Administração Interna.

Desta forma, a eleita Mariana Silva Lopes, sucedânea na lista de candidatos nas eleições autárquicas de 2021, passa a assumir o seu lugar como Deputada efetiva nesta Assembleia. Peço à nossa Segunda Secretária que confirme a presença referida.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (03':34")

«Mariana Silva Lopes.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03':40")

«Muito bem. Seja bem-vinda, Mariana, a esta Assembleia Municipal.»

Período da "Ordem do Dia" (Sessão Extraordinária)

Ponto 1. "Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':09")

«Senhoras e Senhores Deputados municipais. Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Senhoras oradoras e Senhores oradores. Caros munícipes presentes no público e os que nos assistem em casa. Caros convidados. Comunicação social, com agradecimento ao jornal "O Ilhavense" que irá, na medida do possível, publicar todos os discursos desta sessão, já na próxima edição de 1 de maio e à Rádio Terra Nova que nos presenteia com a transmissão radiofónica dos nossos trabalhos.

Permitam-me um cumprimento especial, nesta Sessão Extraordinária, para os representantes das forças partidárias concelhias. Para a doutora Andréa Queiroz, da Administração do Porto de Aveiro. Para os nossos ex-Autarcas que nos honram com a sua presença, com um abraço aos nossos ex-presidentes da Assembleia Municipal e presidentes de Câmara Municipal e de Junta de Freguesia. Para o Senhor Presidente da Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo. Para o comandante da nossa Cooperação de Bombeiros. Para o Capitão Tenente Ferreiro Marques, em representação da Capitania do Porto de Aveiro. Para as Diretoras dos Agrupamentos de Escolas do Município. Para os jovens alunos, representantes da comunidade escolar na Assembleia Municipal Jovem e para os alunos oradores da última Sessão Evocativa do 25 de Abril, para a Matilde, para a Marta e para o Rui. É bom ver-vos por aqui. E muito particularmente para os nossos oradores convidados,

engenheiro Senos da Fonseca e engenheiro Manuel Galante, aos quais agradeço desde já a amabilidade e a prontidão com que aceitaram partilhar connosco as suas histórias de Abril.

Hoje, reunimo-nos, nesta Sessão Extraordinária Evocativa, para celebrar a data mais marcante na história política e social nestes 9 séculos da nossa existência enquanto nação: os 50 anos do 25 de abril de 1974.

Desde a fundação da nacionalidade, em 1143, passando por todas as turbulências da monarquia, à perda e reconquista da independência entre 1580 e 1640/1668, à implantação da República em 1910, ao período ditatorial do chamado Estado Novo desde 1933, nunca a história de Portugal abraçou e adotou, de forma tão consistente e firme, um sistema político e social tão determinante com a democracia, assente num dos princípios mais fundamentais como a garantia da Liberdade.

É inequívoco que a democracia é o pilar do Estado de Direito pelo qual se rege a nossa sociedade, assente nos valores da Liberdade, Igualdade, na proteção dos direitos fundamentais e sociais e na participação dos cidadãos (de forma direta ou representativa).

Por si só, esta data tão simbólica de meio século que abraça duas ou três gerações, que sobrevive mais 9 anos do que o período salazarista, seria motivo mais que suficiente para celebrarmos em festa esse desejo infrangível pela Liberdade.

Mas não nos basta.

Portugal vive, nos dias de hoje, uma conjuntura nacional e internacional que faz perigar a solidez dos pilares conquistados na madrugada de 25 de abril de 1974: encerrado o processo de Descolonização, construindo-se, no tempo, dinâmicas de Desenvolvimento, é o terceiro “D”, o eixo da Democratização que é mais afrontado.

Hoje, volvidos estes 50 anos, somos chamados a refletir sobre o valor inestimável da liberdade e da democracia no Estado, na sociedade e nas nossas vidas.

Há 50 anos, às primeiras horas daquela quinta-feira, 25 de abril de 1974, Portugal despertou, meio festivo, meio incrédulo, para o testemunho de uma revolução, inicialmente desencadeada, estrategicamente, pelo desencanto militar face à guerra colonial, que viria a transformar o curso político e social do país, mas também brilhou em todo o mundo como um símbolo de esperança e renovação.

O 25 de abril de 1974 foi, conseqüentemente, mais do que uma mudança de regime político, por si só, foi uma revolta contra a opressão, a censura, a injustiça, a pobreza, e a falta de Liberdade. Foi o grito coletivo de um povo, que abraçou, como sua, a causa militar, cansado de viver sob a sombra da ditadura, ansiando por uma liberdade que fosse mais do que um sonho distante, que fosse uma realidade concreta, tantas vezes projetada na resistência de muitos portugueses, no exílio de outros tantos, na afronta da candidatura presidencial do general Humberto Delgado, nas vontades políticas patentes nos dois Congressos Republicanos, que envolveram o ilhavense Mário de Sacramento, e no Congresso de Oposição Democrática, os três, realizados no concelho vizinho de Aveiro, ou, ainda, no denominado “Golpe das Caldas”, a 14 de março de 1974.

Foi um despertar da consciência coletiva, uma revolução que não só derrubou um regime opressivo, mas também ergueu os alicerces de uma sociedade livre e democrática.

O 25 de abril tem e deve ser, por tudo isso, mais do que uma data no calendário. É, e tem de continuar a ser, um símbolo da luta pela liberdade, pela justiça, pela igualdade e pela dignidade humana.

Naquele dia, há 50 anos, as correntes da ditadura foram quebradas, o regime ditatorial deposto sob a bravura, a coragem e a estratégia do Movimento dos Capitães, e o som das armas caladas pelos cravos e a voz do povo ecoaram pelas ruas, clamando pela liberdade e pela democracia.

Neste momento de reflexão e de festa, é imperativo lembrarmos o valor inestimável da liberdade e da democracia.

Liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas sim a capacidade de sermos quem somos, de expressarmos as nossas ideias e convicções, de procurarmos os nossos sonhos, principalmente os mais jovens, sem medo de repressões ou condicionados por restrições.

Além disso, Democracia não é apenas um sistema político, entre outros, ou diferenciado de outros. Democracia é um compromisso com a participação coletiva, com o respeito pela diversidade e pela igualdade, com a inclusão do outro na sua plenitude, na sua diferença, na sua multidiversidade, e com a busca pelo desenvolvimento e bem comuns.

Nestes últimos 50 anos, percorremos um longo, e nem sempre fácil, caminho rumo à consolidação da democracia e ao fortalecimento das instituições do Estado de Direito.

O direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho digno e à assistência social tornaram-se pilares fundamentais da nossa sociedade.

A participação cívica e política dos cidadãos, não só pela inquestionável conquista do voto livre e representativo, é agora uma realidade palpável.

A liberdade de expressão, de informação e a diversidade de opinião é, hoje, confirmada como um elemento enriquecedor da nossa coesão social.

A nossa própria existência, enquanto Poder Local, no processo representativo e democrático que assumimos, na forma como nos estruturamos e servimos a nossa comunidade, numa estreita proximidade, é, ela, também, um dos exemplos sublimes do resultado de Abril.

Mas se, durante estes anos, e hoje, ao fim de meio século, mais do que nunca, ao olharmos para trás, devemos, sem exceções ou constrangimentos ideológicos, o valor da gratidão aos que ousaram enfrentar o regime autoritário, aos que sacrificaram suas vidas e suas liberdades em nome de um futuro melhor para todos nós, permitindo usufruirmos da Liberdade, dos direitos e das garantias que, tantas vezes, damos por garantidos, principalmente aqueles que, entre nós, felizmente, apenas conheceram esta realidade livre democrática.

Contudo, celebrar Abril não é apenas olhar para o passado com nostalgia, mesmo que com o devido reconhecimento, agradecimento e admiração.

Celebrar Abril, celebrar estes 50 anos de liberdade, é, também e fundamentalmente, renovar o nosso compromisso com os valores que ele representa para o fortalecimento e solidez da nossa sociedade.

É, acima de tudo, lembrar que a liberdade e a democracia são conquistas frágeis, que requerem a nossa atenção e vigilância constantes, principalmente quando no mundo e, sem exceção, em Portugal, as ameaças a essa mesma liberdade e à democracia se reinventam constantemente e ganham populismos preocupantes.

Para além de honrarmos o passado, a nossa história e o esforço coletivo de tantos portugueses, nestes 50 anos do 25 de Abril de 74 é inquestionável e premente renovarmos o nosso compromisso com os valores que tornaram possível a Revolução dos Cravos.

Os desafios de hoje, sejam eles económicos, sociais, ambientais ou geopolítico, sejam, ainda, de natureza ideológica e programática, perigosamente misturados por credos e crenças, exigem que estejamos unidos na defesa da liberdade e da democracia.

Enquanto comunidade herdeira dos valores de Abril, é nosso dever alimentarmos, garantirmos e fortalecermos dois dos três “Dês” dos seus pilares estruturantes.

O respeito pela justiça social e pela igualdade de oportunidades.

O combate a todas as formas de autoritarismo, de discriminação e de exclusão.

A defesa da liberdade de expressão e de informação, principalmente num tempo de desinformação e de falsidade ou deturpação dos factos, da independência judicial e da separação de poderes, exercidos com sentido de responsabilidade e transparência.

A promoção da diversidade, do pluralismo, da inclusão e da multiculturalidade, e do respeito pelos direitos fundamentais.

A garantia de que as instituições democráticas sejam transparentes e responsáveis perante os cidadãos, muito em particular, o Poder Local, no fortalecimento das políticas de proximidade com os municípios e os fregueses, no respeito e relação institucionais entre os órgãos autárquicos, nas relações fortes e sólidas com o tecido empresarial, associativo e educativo, tendo como fim único a promoção da coesão e do desenvolvimento do nosso território.

Hoje, tal como a 25 de abril de 1974, ou, se quisermos ser mais rigorosos, a 24 de abril de 1974, é fundamental que continuemos a cultivar uma cultura de diálogo e tolerância, onde o respeito pelas diferenças e a busca pelo consenso sejam os alicerces do nosso convívio, rejeitando, firmemente, qualquer forma de autoritarismo, populismo ou extremismo que ponha em causa os nossos valores fundamentais, livres e democráticos.

Neste 25 de abril de 2024, volvidos 50 anos da Revolução dos Cravos, renovemos o nosso compromisso com a liberdade e a democracia, sem nunca nos resignarmos perante a injustiça e a opressão, conscientes de que só isso nos permitirá alcançar a nossa plenitude como indivíduos e como nação, e, dessa forma, podermos afirmar com clareza e sem quaisquer equívocos: cumprimos Abril, garantindo a todos os portugueses, principalmente aos jovens, um futuro de liberdade, justiça, fraternidade e igualdade

Que os valores de Abril continuem a balizar os nossos esforços para construirmos uma sociedade mais livre e mais democrática para todos.

Viva a Liberdade. Viva a Democracia. Viva o Município de Ílhavo. Viva o 25 de Abril.»

Ponto 2. " Intervenção do representante do Grupo Municipal do Partido Chega".

Da Assembleia Municipal

Armando Loureiro, Grupo Municipal do Chega: (19'36")

«Cumprimento o Senhor Presidente e a Mesa. Senhores Deputados municipais. Senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação. Os senhores convidados. Público em geral. Comunicação social e quem nos vê lá em casa.

Há meio século, no dia 25 de abril de 1974, Portugal testemunhou um dos momentos mais marcantes da sua história contemporânea: a Revolução dos Cravos. Nesse dia, as forças armadas portuguesas lideraram um golpe pacífico que derrubou o regime do Estado Novo, inaugurando uma nova era de democracia e liberdade no nosso país.

O Estado Novo foi o regime político que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição portuguesa de 1933 até ao seu derrube pela revolução que hoje comemoramos, regime esse que reprimiu a liberdade de expressão (continuamos iguais ou piores), censurou a imprensa (continuamos iguais ou piores).

Todos nós sabemos que o povo português enfrentava dificuldades económicas e sociais, sendo que a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estava a levar o país para uma crise profunda (não estamos em guerra e continuamos iguais ou piores).

Em abril de 1974, um grupo de oficiais de baixa patente, inspirados por ideais democráticos e descontentes com a situação do país, decidiu agir sob a liderança do Movimento das Forças Armadas, planearam e executaram uma operação militar surpreendentemente bem-sucedida.

O golpe foi marcado por um gesto simbólico notável em que soldados e civis trocaram cravos vermelhos, transformaram armas em flores, simbolizando assim a transição pacífica do poder.

A Revolução dos Cravos não só pôs fim ao regime autoritário, mas também abriu caminho para profundas transformações sociais, políticas e económicas em Portugal, tendo o país embarcado num processo de democratização, promovendo eleições livres e pluralismo político e realizou reformas significativas nos setores da saúde, educação e bem-estar social. Hoje, cinquenta anos após a Revolução dos Cravos, celebramos as nossas conquistas, mas temos de refletir sobre os desafios que ainda enfrentamos. O país tornou-se uma democracia consolidada, com instituições sólidas e um respeito renovado pelos direitos humanos e pela dignidade individual. No entanto, persistem desafios, como a desigualdade social, a corrupção e a crise económica.

A celebração do 25 de abril é mais do que uma lembrança do passado; é um lembrete da importância de defender os valores democráticos e lutar pela justiça e pela igualdade. É um dia para homenagear aqueles que lutaram pela liberdade e para inspirar as gerações futuras a manter viva a chama da democracia e da solidariedade.

Que os cravos continuem a florescer, lembrando-nos sempre da fragilidade e da preciosidade da liberdade.

Também é preciso lembrar que após a euforia inicial da Revolução dos Cravos, Portugal embarcou num período complicado de transição política e social e foi no dia 25 de novembro de 1975 que o país testemunhou outro momento crucial na nossa história que marcou o fim da Revolução dos Cravos e consolidou o caminho para a democracia.

O contexto político que levou ao 25 de novembro era complexo e marcado por tensões ideológicas e disputas de poder, tendo Portugal mergulhado num período de agitação política, com diferentes forças políticas e militares competindo pela direção do país. À esquerda, havia o Movimento das Forças Armadas, que liderou a revolução inicial e promoveu reformas sociais e políticas progressistas. À direita, estavam os setores conservadores das Forças Armadas e da sociedade, preocupados e bem, com a radicalização política e social do país.

Essas tensões atingiram o auge em novembro de 1975, quando uma série de eventos desencadeou uma crise política profunda, onde as disputas entre facções políticas e militares, greves e confrontos nas ruas quase que levaram o país a uma guerra civil onde a extrema-esquerda, representada principalmente pelo Partido Comunista Português e pelos grupos revolucionários mais radicais, pressionavam por mudanças rápidas e profundas na sociedade portuguesa, enquanto a direita sempre procurou restaurar a ordem e a estabilidade.

Foi neste cenário de divisão e conflito que ocorreu o 25 de Novembro, onde no final, as forças moderadas prevaleceram e ficou marcado o fim da tentativa de radicalização revolucionária em Portugal fazendo com que o país seguisse em direção a uma democracia pluralista, com eleições livres e respeito pelos direitos individuais e liberdades civis, tendo sido crucial para consolidar o processo de transição democrática em Portugal e para estabelecer as bases para a estabilidade política e o desenvolvimento económico que se seguiram até aos dias de hoje.

A revolução pode ter acabado com o regime do Estado Novo, mas o CHEGA, 50 anos depois acabou com o bipartidarismo a que Portugal esteve preso até ao passado dia 10 de março, bipartidarismo esse que com as suas políticas governamentais, financiamento, corrupção, eficácia institucional, má gestão e falta de investimento adequado, levou setores como a educação, a saúde, a defesa nacional, a segurança pública e a justiça a enfrentar desafios graves provocando uma situação extremamente preocupante.

Existem uma série de problemas sistêmicos que precisam ser abordados urgentemente:

A falta de investimento adequado leva à escassez de recursos, infraestruturas precárias e falta de pessoal qualificado.

A corrupção, desvios de fundos, nepotismo e má administração minam seriamente a eficácia e a equidade destes setores.

A desigualdade socioeconômica, a pobreza, o desemprego e outras questões sociais impactam diretamente a educação, a saúde e a segurança pública.

Para melhorarmos, é necessário um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil, o setor privado e os cidadãos em geral, visando políticas e práticas mais eficazes e responsáveis.

As autarquias locais também viram um grande incremento das suas competências, mas estão fortemente endividadas e muitas não conseguem cumprir com eficácia as suas atribuições. Para além disso a descentralização de competências que se viram obrigadas a aceitar oneraram em muito os orçamentos municipais e tornaram-se em tarefeiros do poder central. Hoje, ser de direita, defender a família e a vida, defender a Pátria e os símbolos nacionais, prezar a cultura e os costumes, ou tão simplesmente defender ideais diferentes dos que se auto intitulam de "politicamente corretos", é sinónimo de fascismo, mas agora sim, 50 anos depois do 25 de abril, com 50 deputados eleitos pelo Partido CHEGA, caminhamos enquanto sociedade para um Portugal realmente livre.

Que nunca nos esqueçamos das dificuldades e desafios enfrentados durante o período de transição pós-revolucionário e da importância de defender os princípios democráticos e o Estado de direito, celebrando assim a resiliência do povo português e da capacidade de superar divisões e conflitos em busca de um futuro comum de paz e prosperidade.

Se hoje estamos a celebrar este dia, muito o devemos ao 25 de novembro.

Portugal não está a venda, Portugal precisa dos portugueses.

Viva Portugal.»

Ponto 3. "Intervenção do Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista".

Da Assembleia Municipal

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (28':43")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores. Caras Deputadas e Deputados da Assembleia Municipal Estimados presidentes da Junta de Freguesia e demais Autarcas. Ilustres oradores convidados, engenheiros, Manuel Galante e Senos da Fonseca. Membros da Assembleia Municipal Jovem.

Minhas senhoras e meus senhores.

Assinalar os 50 anos do 25 de Abril é mais do que celebrar o "Cinquentenário da Revolução de Abril". É refletir sobre um dos momentos mais marcantes e transformadores da nossa história recente. Há 50 anos, o povo português ergueu-se em união e coragem, rompendo as correntes da opressão e abraçando os ideais da liberdade, da democracia e da justiça social. O 25 de abril de 1974 não foi apenas uma revolução política, mas sim um despertar coletivo, um grito de esperança que ecoou por todo o país. Foi o momento de assinalar a criação de consciência, da importância de pensar o futuro.

Foi o dia em que as algemas da ditadura foram quebradas, e a luz da liberdade finalmente brilhou sobre Portugal. Foi o dia em que o povo assumiu o controlo do seu próprio destino, reivindicando o direito fundamental de ser ouvido e respeitado.

Foi o 25 de abril de 1974 que nos proporcionou o momento único na história portuguesa de fim da Ditadura, de caminho para a Democracia e para a Liberdade.

Um momento só possível pela coragem dos determinados e valorosos Capitães de Abril. Um momento crucial da nossa história. Recordamos com gratidão aqueles que tanto se sacrificaram para nos deixar este legado de liberdade. Recordamos os heróis anónimos que enfrentaram a repressão com coragem e determinação, que sonharam com um Portugal melhor e os líderes que guiaram o país rumo a um futuro mais promissor.

É crucial reconhecer o progresso que Portugal alcançou ao longo dos últimos 50 anos, especialmente após o 25 de Abril de 1974. Antes dessa data, Portugal enfrentava desafios significativos, incluindo altos índices de analfabetismo, mortalidade infantil elevada e expectativa de vida inferior aos padrões atuais. No entanto, graças à determinação e ao esforço do povo português, conseguimos superar muitos desses obstáculos e construir um país mais próspero e desenvolvido.

Sabemos que sem abril, dificilmente teríamos um Serviço Nacional de Saúde capaz de responder às exigências dos tempos modernos.

No entanto, é importante reconhecer que o progresso é sempre uma tarefa inacabada. O sistema de saúde, por exemplo, continua a ser um desafio. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrenta pressões crescentes para se adaptar às necessidades de uma população em constante mudança.

Foi a revolução que nos deu a coragem de sonhar com um serviço de saúde acessível a todos, onde a vida e o bem-estar estão acima do lucro e da ganância. Não nos deixemos cair no “canto das Sereias”...

Da mesma forma, a questão da habitação, do emprego justo e da luta contra a corrupção são desafios que exigem uma abordagem contínua e comprometida por parte de todos nós.

Sabemos que sem abril, dificilmente teríamos uma Educação Pública universal e gratuita. Foi a revolução que nos permitiu imaginar um país onde o conhecimento não é um privilégio, mas sim um direito de todos os cidadãos, independentemente da sua origem, condição social ou estatuto socioeconómico das famílias.

Que possamos continuar a trabalhar juntos para construir um país onde o conhecimento seja verdadeiramente acessível a todos e permita desenvolver todo o seu potencial.

O investimento na educação foi uma das mais notáveis conquistas do 25 de Abril, investindo na formação de professores, na modernização das infraestruturas escolares e na promoção de práticas pedagógicas inovadoras. Graças à democratização do acesso à educação, de forma verdadeiramente inclusiva e transformadora, hoje vemos uma redução significativa do analfabetismo e uma maior frequência do ensino secundário e universitário. Esta transformação não só proporcionou oportunidades iguais para todos os cidadãos, mas também fortaleceu a base do conhecimento verdadeiramente acessível a todos.

Temos que empregar a mesma energia na garantia de Habitação digna para Todos!

Temos que empregar a mesma energia na garantia de salários dignos e relações laborais justas para Todos!

Temos que empregar a mesma energia na credibilização da classe política, protegendo o povo de políticos desonestos, que são uma minoria, e protegendo os políticos honestos e abnegados do caldo de cultura que corrói a sua credibilidade, a sua capacidade de fazer coisas, a sua capacidade de mobilizar a comunidade para se envolver na construção do nosso futuro coletivo. Temos que cortar com a política do ódio que procura a guerra e não a paz. A guerra entre os povos e a guerra que nos vira uns contra os outros dentro de portas.

“Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão, habitação, saúde, educação

Só há liberdade a sério quando houver Liberdade de mudar e decidir”.

Atrás dos últimos 50 anos, 50 anos virão!

Meus senhores e minhas senhoras.

A liberdade gera a liberdade. A liberdade é tolerância. Só é verdadeiramente livre o homem sem fome e sem medo. Estas palavras ressoam hoje com uma intensidade renovada, lembrando-nos que a luta pela liberdade não termina com a conquista de uma revolução, mas sim com o compromisso diário de defender e preservar os valores que ela representa.

Neste dia de festa e reflexão, renovamos o nosso compromisso com os ideais do 25 de Abril. Que possamos honrar o legado dos que vieram antes de nós, defendendo a liberdade, a justiça e a dignidade humana em todos os momentos e em todas as circunstâncias.

À medida que celebramos os 50 anos da democracia, é importante que todos, especialmente os JOVENS, tenham consciência do progresso que já foi feito, mas também estejam dispostos a lutar pelo que ainda não foi alcançado.

Devemos assumir a responsabilidade pelo nosso futuro, não permitindo que outros decidam por nós, mas sim agindo para construir o país que queremos ter. Devemos continuar a lutar por um Portugal onde todos tenham oportunidades justas, onde a dignidade humana seja respeitada e onde o progresso seja verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Neste 25 de Abril, renovemos o nosso compromisso com os ideais de liberdade, justiça e igualdade que inspiraram a Revolução dos Cravos. Que possamos continuar a trabalhar juntos para construir um Portugal cada vez melhor, onde todos possam viver com dignidade e esperança.

É crucial envolver os mais jovens nesta reflexão, descomplexando a comunicação e a informação, para que compreendam plenamente o que Portugal era antes do 25 de Abril, o que se evoluiu desde então e os direitos que conquistaram, tanto no plano económico como político.

A Constituição de 1976, e as revisões de 1982 e 1989 marcaram positivamente o processo de democratização, consagrando direitos e liberdades para todos os portugueses, bem como uma série de conquistas sociais e económicas. Não podemos esquecer os direitos das mulheres e a igualdade de género, que foram fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

As revisões posteriores, em 1992 e 1997, foram cruciais para a plena adesão à Comunidade Europeia, refletindo os princípios fundamentais dos Tratados Europeus e ajustando o espírito europeu. No entanto, é importante reconhecer que estas conquistas não são garantidas para sempre; é necessário esforço contínuo para preservá-las.

É fácil esquecer ao longo do tempo o esforço necessário para alcançar estas conquistas, e a banalização das melhorias conseguidas pode levar ao descontentamento com o sistema democrático. Este descontentamento pode ser capitalizado por movimentos oportunistas e populistas, também de génese local e muitas vezes travestidos de uma promessa de refrescamento da classe política e da erradicação de dinâmicas partidárias menos positivas, o que, como é bom de ver, não corresponde à realidade.

Este descontentamento também pode ser capitalizado por partidos autoritários que promovem mensagens distorcidas, alimentando o medo, a discriminação, o racismo e a xenofobia.

Cabe-nos encontrar outras válvulas de escape para esse descontentamento. Se não o fizermos, a democracia corre perigo!

Minhas senhoras e meus senhores.

Portugal tem o potencial de ser um país cada vez melhor para viver, mas isso requer o compromisso de todos nós, especialmente dos mais jovens. Devemos garantir que os jovens possam construir as suas famílias e as suas vidas no nosso país, não por necessidade, mas por amor e oportunidade.

Devemos também encorajar aqueles que saem em busca de conhecimento ou experiência para regressar com novas ideias e contribuições para o desenvolvimento de Portugal.

Em última análise, é crucial reconhecer que a saída e a perda de investimento humano podem representar um retrocesso para o nosso país. Devemos trabalhar juntos para preservar e fortalecer as conquistas do 25 de Abril, garantindo que Portugal continue no caminho do progresso, da liberdade e da justiça para todos os seus cidadãos.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva Portugal!»

Ponto 4. "Intervenção do líder do Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer'".

Da Assembleia Municipal

José Pinto Reis, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (39':32")

«Muito boa tarde a todos. Excelentíssimos munícipes. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa. Excelentíssimo Presidente da Câmara e restante Vereação. Excelentíssimas senhoras Deputadas e Deputados da Assembleia Municipal. Excelentíssimas entidades religiosas, civis, militares e associativas aqui presentes. Excelentíssimos convidados.

No âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, temos tido a oportunidade de ler, ver e ouvir um conjunto de artigos que nos ajudam a compreender a evolução e transformação que o nosso país teve nestes últimos 50 anos.

Transformações e mudanças que alteraram transversalmente a sociedade portuguesa em todos os domínios, sejam eles económicos, sociais, culturais, educacionais, etc.

Hoje, Portugal está muito longe do Portugal que acabava de sair de uma ditadura de 48 anos e de mais de 10 anos de uma economia de guerra.

Esta evolução deve-se a múltiplos fatores, uns externos, tais como a entrada de Portugal na União Europeia, o que constituiu, provavelmente, o maior impulso para esta mudança, e outros internos, destacando, entre estes, a vontade da população em querer, corajosamente, alterar o seu destino, sendo capaz de transformar a resistência em inconformismo, deixando de abraçar a resignação que era capaz de ver na obediência, na pobreza e na humildade as principais virtudes morais e sociais.

Permitam-me destacar a área em que são inequívocas as alterações na nossa sociedade. A liberdade.

A liberdade em todas as suas vertentes. Hoje estamos num país progressista ao nível dos direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos, não ficando, neste aspeto, atrás dos países ditos mais desenvolvidos do mundo.

São inequívocas as alterações relativamente aos direitos de personalidade, ao casamento e divórcio, às escolhas pessoais, à privacidade de cada cidadão, à não discriminação, em função das suas opções culturais, religiosas, políticas, sexuais, etc.

Não nos iludamos. Não se pense que tudo está feito e garantido.

Não está, e é preciso estar vigilante e continuar a acompanhar as alterações sociais que o mundo vai tendo. Nunca podemos perder de vista a liberdade, nem podemos cometer a tentação de a considerar um simples meio para alcançarmos qualquer outra coisa por muito importante que seja, não, a liberdade tem de ser sempre um fim em si mesmo

Caras e caros munícipes

Se, por um lado, destaquei a liberdade como um baluarte destes 50 anos, afirmando o orgulho de sermos um dos países do mundo com o regime menos imperfeito de todos, a democracia liberal, permitam-me que, quase paradoxalmente, aponte pela negativa a forma como a nossa prática democrática se desenvolveu durante estes 50 anos.

Portugal apresenta hoje, quase 5 décadas depois das primeiras eleições legislativas, as mesmas práticas democráticas que foram instituídas com a constituição saída da revolução e legislação subsequente, com apenas 3 exceções relevantes, que são a introdução das consultas populares ou Referendos, as candidaturas de Grupos de Cidadãos eleitores nas autarquias locais e a universalização do voto em mobilidade.

Relembro o discurso do Sr. Presidente da Assembleia, no Feriado Municipal, que nos dizia: “a Democracia é o exercício do poder pelo povo, o que, na prática, corresponde ao direito de votar”.

Apesar de sermos um país que passou de um analfabetismo superior a 25% para uma taxa inferior a 4%, continuamos, hoje, a votar exatamente da mesma forma que em 1975.

Apesar de termos um nível elevado de utilização das novas tecnologias, não podemos ainda optar pelo voto eletrónico, mesmo que de forma voluntária.

Apesar de não existir, hoje, qualquer organização administrativa ao nível dos distritos, continuamos a utilizar os mesmos círculos eleitorais, como se os distritos ainda continuassem a ter alguma relevância.

Hoje, apesar de em todos os atos eleitorais se abordar a necessidade de fazer uma revisão da lei eleitoral, de modo a que, por exemplo, se acabe com os milhares de votos desperdiçados, nunca se conseguiu chegar a consenso.

Como país, apesar de criarmos estruturas intermédias de governação, como são as comunidades intermunicipais, decidimos que os seus órgãos são eleitos de forma indireta.

Apesar de termos um nível de qualificações incomparavelmente superior ao ocorrido em meados de 70 e de termos uma lei do referendo desde a década de 90, apenas por 3 vezes fomos chamados a decidir por esta via.

Hoje, tal como no passado, apesar de acharmos que os eleitores têm discernimento para realizarem 3 eleições simultâneas para as autarquias locais, para além deste caso, não é legal a realização de várias eleições e/ou referendos em simultâneo.

Relativamente ainda às autarquias locais, temos a bizarrria da eleição para os órgãos municipais ser a única em que o órgão executivo é eleito em eleição diferente do órgão deliberativo, como sempre ocorreu.

Entendamo-nos:

o ideal é o que ocorre para a Câmara e assembleia municipal ou é o que ocorre, a nível nacional, para o Governo e assembleia da república e, a nível local, para as assembleias e juntas de freguesia?

Transversal a muitas das limitações assinaladas transparece uma ideia de menorização dos eleitores e das suas capacidades.

Talvez seja por isso que continua, hoje, a não ser possível apresentar candidaturas não partidárias nas eleições legislativas, o que conduz a uma discriminação entre militantes e não militantes, não tendo todos os portugueses os mesmos direitos, pois uns podem ser eleitores e eleitos e os outros simples eleitores.

Como que a confirmar esta menorização das capacidades dos eleitores portugueses, constata-se o facto de nunca termos sido chamados a pronunciarmo-nos coletivamente sobre os grandes temas da construção europeia, pois nem referendámos a entrada de Portugal na União Europeia, nem a adesão ao Euro nem a qualquer tratado europeu.

Até se poderá compreender que em sociedades, como aquela que tínhamos quando saímos da ditadura, com uma baixa maturidade democrática e reduzida formação, tal possa acontecer. Mas Portugal já não é esse país.

Mudámos.

Os eleitores portugueses revelam hoje uma grande maturidade, pois são capazes de comparecer em maior número nos atos eleitorais que consideram mais decisivos e relevantes e, assinale-se, não votam sempre da mesma maneira, distinguindo os diferentes atos eleitorais e decidindo o seu voto também pelos programas e perfis dos candidatos e não apenas pelo símbolo do partido.

Compreendo que o contexto sociopolítico na década de 70 exigia mecanismos que tornassem os órgãos estáveis e que acautelassem a desconfiança e os receios naturais de quem sai de um longo período de obscuridade e de partido único.

Mas hoje comemoramos os 50 anos da queda da ditadura.

Será que o edifício legal da nossa forma de exercer a democracia é assim tão perfeito?

Caríssimos Municípes

Referi que, nesta prática democrática, as candidaturas dos grupos de cidadãos eleitores nas autarquias, são uma lufada de ar fresco. Mas será esta uma prática igualitária e justa?

Hoje, as candidaturas dos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores são desequilibradas nas exigências que cada um tem de cumprir, desde logo porque um partido não necessita de ter qualquer implantação local para apresentar a sua candidatura, uma vez que nem os candidatos necessitam de residir nessa autarquia.

Esta realidade dos Movimentos não partidários tem sido mal-entendida e mal-aceite pelos putativos defensores da democracia e da liberdade, ou seja, os partidos tradicionais que nesta sala e em outros fóruns questionam permanentemente a nossa legitimidade democrática e nos dirigem expressões depreciativas tais como:

“a opacidade dos Movimentos independentes”, “os movimentos populistas”, “os movimentos dos quais não se conhece a sua ideologia” ou ainda “os falsos independentes”. Não subestimem os Movimentos.

A data que hoje comemoramos não se deve a qualquer força partidária, deve-se a um Movimento, deve-se ao MFA - Movimento das Forças Armadas.

Um conjunto de cidadãos livres sem qualquer inspiração partidária e, na sua maioria, sem qualquer pretensão política, que decidiram unir-se para alterar o estado das coisas ou, no dizer de Salgueiro Maia, “o estado a que isto chegou”.

Agora, a construção da democracia com todas as suas virtudes e defeitos, essa sim, deve-se, quase exclusivamente, aos partidos políticos.

Minhas senhoras e meus senhores

Aquilo que hoje aqui gostaria de deixar claro é que temos muito para evoluir e inovar na expressão prática da democracia.

Não quero dizer que se mude tudo e de uma vez, mas é importante que inovemos também nesta área, que haja a coragem de levar a modernidade, que todos dizem defender, também à vivência da democracia, para que esta, pela contínua atualização, se possa fortalecer e que continue a ser “o povo quem mais ordena”.

A democracia tem de ir ao encontro dos cidadãos. Necessitamos de sentir que decidimos, não apenas que escolhemos quem decide por nós.

Precisamos de assumir a responsabilidade coletiva pelas escolhas que fazemos.

Precisamos de diminuir a insatisfação crescente e o conseqüente distanciamento entre o eleitor e o eleito.

É importante que quem considere ter algo a dar e reúna condições, se possa apresentar aos portugueses sem que necessite de se submeter à lógica partidária.

É urgente que todas as candidaturas respondam às mesmas exigências formais.

Sem pôr em causa o papel insubstituível dos partidos, é necessário que alguns não se transformem na federação dos revoltados que levem os eleitores a votar cada vez mais pela negativa.

Devemos fazer tudo para que os eleitores possam votar pela positiva, sentindo-se parte integrante de uma construção evolutiva, substituindo a lógica da rejeição pela da adesão.

Caros Jovens, termino com uma palavra que vos é dirigida.

Temos hoje o exercício da democracia que foi construída pelos vossos avós, a quem muito devemos, mas que a minha geração não soube ou não quis modernizar, mas é necessário avançar. É necessário dar prioridade a este tema, é urgente atualizar e fortalecer a nossa prática democrática. Está também nas vossas mãos. Convido-vos a serem exigentes e determinados na luta pelo protagonismo do cidadão.

Viva o Município de Ílhavo. Viva o 25 de Abril. Viva Portugal e os Portugueses.»

Ponto 5. “Intervenção do representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata”.

Da Assembleia Municipal

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (52':15”)

«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os restantes Deputados da Assembleia Municipal de Ílhavo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Senhores Vereadores. Senhores Presidentes de Junta e restantes autarcas de São Salvador, Gafanha de Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo. Excelentíssimos convidados, autoridades civis, militares, religiosas não estão, mas poderão estar online. Representantes e alunos do Agrupamento de Escolas do Município, associações e coletividades.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O 25 de Abril é um dia de festa, de celebração. É um dia de reconhecimento pelo nosso passado, introspeção pelo presente e reflexão pelo futuro.

Celebrando o 50º aniversário do 25 de Abril, é um facto que vivemos num Portugal mais rico, mais próspero, inovador e moderno, nunca esquecendo a Cultura, o Emprego, a Prosperidade e Crescimento, para a melhoria da nossa qualidade de Vida.

O Partido Social Democrata é um Partido humanista e reformista, a 11 dias de celebrarmos o aniversário da fundação do PSD, a identidade mantém-se sem medo de decidir para construir. Somos o que sempre fomos, exigentes, atentos e sempre com uma visão e missão, as Pessoas.

Somos um Partido Ambicioso, virado para o Futuro, e sempre com Orgulho do nosso Passado, construímos para a verdadeira qualidade de vida das Pessoas, fruto da ação e contribuição dos nossos homens e mulheres, jovens e os menos jovens. Sabemos Ouvir, Debater, Identificar e Construir.

A identidade do Partido Social Democrata é a mesma de sempre, somos Humanistas e Reformistas, defendemos a igualdade de oportunidades, somos inclusivos, contribuímos e somamos para uma sociedade maior por um Portugal melhor, por tal é essencial que os partidos, as pessoas, os movimentos, as associações assumam as suas responsabilidades e ponham de parte o clima de ataques demagógicos e irresponsáveis, bem como os clamores de sociabilização imediata, que têm vindo a intensificar-se desde o 25 de Abril de 1974.

A luta pela igualdade de género é algo que, hoje em dia se legisla, mas que para as mulheres, em especial as que nasceram antes do 25 de abril de 1974, trouxe muitas lágrimas, depressões, suicídios, violência e nenhum de nós é imune à maior parte dessas coisas.

Abril é o nosso símbolo de concretização do que é vivermos em Democracia. Citando Natália Correia “O que ficou da revolução do 25 de Abril? Foi uma grande disponibilidade para as pessoas se organizarem”. Temos a opção de nos juntarmos à política com o objetivo de conseguir ajudar mais pessoas.

A mulher por tudo o que foi capaz de fazer e criar ao longo dos tempos na luta pelos seus direitos desenvolveu a capacidade inata de ser multifuncional, de fazer várias coisas ao mesmo tempo e saber dirigir o seu principal foco para o que realmente interessa, no momento. Ao longo da nossa vida temos vários mentores, primeiro os pais, depois a família e os professores, mais tarde encontramos mentores no trabalho. Simplesmente procuramos, de uma maneira simples alguém a quem reconhecemos sabedoria e com quem queremos aprender algo.

O mundo gira a uma velocidade astronómica e cada vez maior.

Sendo expostos a tantas mudanças e problemas, o ser humano pode acabar por adoecer se não conseguir gerir o seu tempo eficazmente e equilibrar a vida pessoal e profissional.

Uma mulher é naturalmente cuidadora, cuida de si e de todos à sua volta. Todos somos sujeitos a discriminação, mas as mulheres em particular têm ainda um trabalho árduo pela frente.

Com o 25 Abril de 74, uma mulher foi ganhando poder de colocar limites; o poder de valorizar-se; o poder de ser mãe, de ter um companheiro ao seu lado que a apoie, a respeite, a admire, acima de tudo tem o poder de ser feminina e assumir as responsabilidades do seu êxito profissional e pessoal.

Recordemos 3 mulheres cuja contribuição para o País foi importante e mostraram a realidade dos “anos de chumbo” do Estado Novo, que quem viveu prefere esquecer e quem não conhece precisa de saber do que se livrou. Contribuíram de modo decisivo para o que podemos de “avanço da sociedade” – tal como a precursora Carolina Beatriz Ângelo (para

nos ficarmos só pelo século XX), a primeira mulher que conseguiu votar, em 1911, contra a vontade dos homens da República.

Provavelmente não participariam no movimento de emancipação feminino que agora cresce, porque já eram emancipadas por conta própria e porque a sedução dos homens fazia parte do seu poder. Quem sabe...

Hoje, 25 de Abril de 2024, faz 50 anos que Portugal despertou para a Democracia quebrando as correntes ditatoriais. Esta revolução não fora somente uma união popular, ou uma luta dos partidos “revolucionários da época” e/ou até mesmo do golpe militar.

Esta tomada de liberdade fora também cultivada num certo silêncio ensurdecedor. Uma autêntica pedrinha pontiaguda que tanto incomodava a “engrenagem” dos pesados e imóveis moinhos de vento.

Uma dessas “pedrinhas pontiagudas” foi Snu Abecassis, que para além de ser a segunda mulher do Dr. Francisco Sá Carneiro, foi a fundadora da Editora D. Quixote.

Snu, dinamarquesa por nascença, nascida numa família abastada e intelectual, caiu em Portugal como um óvni, mas não se deixou intimidar pelo País atrasado isolado da década de 60. Com alma lusa, co-revolucionou, através das publicações na sua editora, de vários textos ultra proibidos, muitas das publicações, pouco populares junto da polícia política (PIDE), serviram para matar a sede de liberdade de expressão, de acesso e acima de tudo de conhecimento.

Nórdica, culta e contida, Snu é o oposto das duas portuguesas, que vou citar e que veio a conhecer nas peripécias da escassa vida intelectual de Lisboa. Snu não se conformava. Queria fazer alguma coisa. Limitada pelo fraco conhecimento do idioma (que melhorou de dia para dia) e pela sua personalidade discreta, decide recorrer à tradição da família: funda a Editora Dom Quixote, em 1965. Uma chatice para o regime, esta estrangeira intocável que não sabe ficar quieta. Chamada à seda da polícia política, vai de casaco de vison, só para mostrar o seu estatuto. Snu estava na mira do ministro do Interior, César Moreira Baptista, que a chama ao seu gabinete: “Se a senhora publicar algum livro das marias, mesmo que seja um livro de cozinha, fecho-lhe a editora.” Era assim, a prepotência do Poder, que a exasperava. Snu queria fazer, mas sentia-se constrangida pela hostilidade dos desconfiados portugueses com a sua distância.

Com a revolução de Abril de 74, a Dom Quixote, finalmente ficou livre dos constrangimentos censórios, estava a caminho de se tornar a maior e mais prestigiada editora de autores portugueses

Mas não chegava. O acaso fá-la conhecer Francisco Sá Carneiro, um político que via que o Estado Novo estava a dissolver-se. Preocupava-o a liberdade de imprensa e de expressão. Participou na chamada “ala renovadora”, a tentativa permitida por Marcello Caetano de modernizar o imodernizável.

Foi Natália Correia que serviu de “casamenteira” entre Snu e Francisco. Uma paixão arrebatadora, instantânea. E um problema colossal. Snu divorciou-se, ficou livre, situação normal para a sua cultura. Mas Sá Carneiro era casado pela Igreja, na altura, o divórcio civil só era possível se os dois quisessem, e Isabel não quis. o homem ativo, participante na política, interessado no País, que ela tanto queria num companheiro. Assumir uma amante, no Portugal de 1975, não era fácil. Sá Carneiro leva Snu para as cerimónias oficiais, apresenta-a como se fosse sua mulher, o que escancarou o conservantismo mesmo dos revolucionários e levantou todo o tipo de problemas diplomáticos e morais. Snu não gosta de se evidenciar, mas gostava de estar ao lado dum homem que fazia diferença. A estrangeira que veio para Portugal por acaso tem um papel determinante no que é Portugal.

Em dezembro de 1980 dá-se o desastre de Camarate.

Natália Correia Uma sedutora. Uma guerreira. Inteligente, poética, arrebatadora. Casa-se pela terceira vez com Alfredo Luís Machado dono do Hotel do Império (hoje Britânia) adorava-a – todos os homens que a conheceram a adoravam – e proporcionou-lhe um salão onde reunia regularmente a intelectualidade de Lisboa para recitar poesia, debater política e filosofar. Considerava-se uma poetisa, mas foi também dramaturga, romancista, ensaísta, tradutora, jornalista, guionista, editora e musa de muitos artistas.

Ninguém resistia ao seu encanto, e Natália usava-o com vivacidade, sem deixar de se envolver nas questões importantes da época.

Em 1966 coligiu a Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica, que a censura e os brandos costumes mantinham afastado do conhecimento público. O livro foi imediatamente proibido e Natália acusada num processo público onde pôde exercer a sua verve perante o juiz e uma audiência cúmplice e estasiada. Apanhou três anos de pena suspensa, o que só aumentou o seu prestígio e não a fez abrandar. Em 1971, abriu um bar que ficaria para a história das tertúlias lisboetas, o Botequim, onde imperava todas as noites. Amiga de Snu e

Sá Carneiro, entrou para o parlamento como deputada da bancada do PPD/PSD. As suas intervenções, como sempre despudoradas e bombásticas, eram comentadas por toda a gente. Mas também escreveu textos sérios, inclusive um que anunciava a decadência do regime e que se provou profético. Citando “As primeiras décadas do próximo milénio serão terríveis. Miséria, fome, corrupção, desemprego, violência, abater-se-ão aqui por muito tempo. A Comunidade Europeia vai ser um logro. O Serviço Nacional de Saúde, a maior conquista do 25 de Abril, e Estado Social e a independência nacional sofrerão gravíssimas ruturas. Abandonados, os idosos vão definhar, morrer, por falta de assistência e de comida. Espoliada, a classe média declinará, só haverá muito ricos e muito pobres. “após 30 anos de sua morte não se “enganou” muito, cabe a cada um de nós e neste momento é da responsabilidade do governo liderado pelo Partido Social Democrata quebrar esta profecia, dêem-nos tempo acredito que se vai realizar.

Maria Armada Falcão, mais conhecida por Vera Lagoa, era uma mulher destemida e atrevida, que viveu entre o medo da solidão e a vontade de fazer diferença, contrariando os poderes instituídos, que via como totalitários e castradores. Antes do 25 de Abril, o poder era o salazarismo; depois, as forças revolucionárias. Lutou contra ambos, paradoxalmente, impulsionada pela mesma ansiedade de ser reconhecida e celebrada. Conseguiu participar na primeira emissão da RTP experimental, em 1956 – mas não ficou na emissora por “ter uma personalidade demasiado independente”. Tornou-se cronista vitriólica no Diário Popular, adotando o nome que a tornaria uma figura pública, Vera Lagoa. Vera querendo dizer “verdadeira” e Lagoa, o nome do vinho que estavam a beber...

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:05:33”)

«Margarida. Margarida».

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:05:36”)

«Peço desculpa. Só um segundo. Temos que lembrar a história. Com tanto discurso negativo, acho que a história positiva deve ser relevada.

Na coluna exercia alegremente o seu papel de provocadora; comprava todas as disputas da época, sociais, políticas ou simplesmente mexeriqueiras e era vista pelos poderes instituídos como um inconveniente – com vontade própria, aguerrida, e ainda por cima mulher. Um alter ego perturbador para a ordem recém-instituída.

Como ela própria disse mais tarde, falando de si na terceira pessoa: “A Maria Armada era uma pessoa com muito mais valor do que a Vera Lagoa. Tinha mais energias, mais coisas por que lutar. A Vera Lagoa afasta muita gente que a Maria Armada gostaria de ver junto de si. Antigamente vivia rodeada de certas pessoas que estimava muito.”

Neste novo papel vingativo juntou-se com um grupo de ativistas reacionários, como José Miguel Júdice, Jaime Nogueira Pinto e Nuno Rogeiro, para fazer o jornal O Diabo, que até teve uma coluna de Marcelo Rebelo de Sousa. O Diabo teve o papel ingrato de levar aos limites a tolerância da democracia. Foi proibido e logo depois permitido. Teve mais de 200 processos por difamação e ofensas pessoais. A Maria Armada tinha sido abafada pela Vera Lagoa, mas a combatividade era a mesma. Fica na memória uma mulher apaixonada, que nunca se deixou intimidar pelo Poder.

Citando Snu “Haverá tantas mulheres brilhantes quanto homens. Mas, nesta sociedade tradicionalista, é muito difícil exercerem o seu brilho. No nosso país, de acordo com o estilo “Português Suave” eles tratam-nas com desdém e paternalismo, minimizando as suas opiniões e receosos da sua influência. As que conseguiram vencer as barreiras merecem ser recordadas, não só pelo que fizeram, mas também por terem almejado fazê-lo. “

Por isso quero publicamente agradecer a Snu Abecassis por ter feito tanto num país que não fora o seu, mas que o adotou como tal e que apesar de todas as vicissitudes mesmo assim o amou: obrigada!

No 50º aniversário do 25 de Abril festejamos a liberdade, mas nem tudo foram rosas (cravos), não esqueçamos os tempos do PREC, Portugal vivia com atividades revolucionárias, que nos trouxeram o período crítico do chamado Verão Quente de 1975, tempos de agitação popular e alguma desordem, que termina no dia 25 de Novembro de 1975, e nos trouxe a estabilização da Democracia Representativa em Portugal, concluída com a aprovação da Constituição Portuguesa em Abril de 1976.

O que se concretizou em 50 anos:

- Consagração do salário mínimo nacional;
- Criação da pensão social para pessoas que não tenham descontado para a previdência;
- Consagração do pagamento do 13.º e 14.º mês (subsídio de Natal) e do subsídio de férias para trabalhadores e reformados;
- Regulado o exercício do direito à greve;
- Proibidos os despedimentos sem justa causa;

- Estabelecido o período de férias;
- A licença de maternidade (que atualmente se designa de parentalidade, pode ser partilhada entre mãe e pai);
- O direito de escolha e livre-arbítrio das decisões individuais das pessoas;
- Liberdade de imprensa;
- Eleições livres;
- Direito à Saúde, construção do Serviço Nacional de Saúde;
- Direito ao Ensino para todos...

Não é só direitos, liberdades e garantias. Mas também o Estado Social, a segurança e proteção no emprego.

Mas sejamos arrojados e ambiciosos, ainda há muito a fazer, temos de concretizar, o sonho social e de justiça igual para todos, igualdade de oportunidades para todos, todos, todos.

Com cinco décadas de vida democrática e há 38 anos na União Europeia, o país terá também de ser mais assertivo na participação no projeto comunitário, neste momento é urgente que se concretize o alargamento do União Europeia à Ucrânia, onde já era tarde.

Concluo, afirmando o que somos, somos Sociais-Democratas, somos inclusivos, e estamos aqui para somar, a política é um ato nobre, tudo faremos para que se faça com elevação e seriedade pela Democracia, por Portugal.

Depende de nós todos, jovens e menos jovens, mulheres e homens, a par, da nossa capacidade e da nossa coragem, para enfrentar o desafio do Futuro de um Portugal Maior e Melhor, resistindo e enfrentando com convicção, a demagogia da Extrema Esquerda e da Extrema Direita. pela Europa.

Viva o 25 de Abril – dia da Liberdade! Viva o 25 de Novembro – dia da Democracia Pluralista!
Viva Ílhavo! Viva Portugal!»

Ponto 6. “Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo”.

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:10':46”)

«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, doutor Paulo Pinto Santos. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta e demais autarcas. Excelentíssima Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista. Excelentíssimo Comandante da Capitania do Porto de Aveiro, Capitão Tenente Ferreira Marques. Excelentíssima representante da Administração do Porto de Aveiro, neste caso, a Doutora Andreia Queiroz. Excelentíssimo Senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, senhor Pedro Rosa Novo. Excelentíssimo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, Pedro Barreirinha. Excelentíssima Diretora do Agrupamento de Escolas da Nazaré, professora Eugénia. Excelentíssima representante da Direção do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, professor João Peneda Fernandes. Excelentíssima Diretora do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, professora Ana Caiado. Desde já queria dar os parabéns por todas as iniciativas que os nossos agrupamentos fizeram nestas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e, também, por comemorarem, ano após anos, Abril na vossas escolas. Excelentíssimos Senhores Autarcas, doutora Fernanda Cravo, engenheiro Fernando Caçoilo, doutor Humberto Rocha, engenheiro Manuel Galante, senhor Manuel Serra, que não o vi, mas estava convidado também, Eduardo Conde, Celestino Prior, entre outros. Caros alunos, a Matilde, o, Rui, a Marta que também já intervieram no ano passado e que estão, hoje, aqui connosco, nesta cerimónia. Cumprimento todos os oradores alunos da Assembleia Municipal Jovem. Comunicação social e quem nos acompanha nos diferentes destinos. Ao Público, a todos que saíram à rua para festejar Abril.

Minhas senhores e meus senhores.

Abril é de todos os que lutaram pela democracia e de todos os que nos últimos 50 anos serviram a democracia, por isso agradeço a todos os Presidentes da Câmara Municipal de Ílhavo e a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do nosso Município, e correspondentes Assembleias e trabalhadores, que serviram o Município de Ílhavo nos últimos 50 anos.

Hoje festejamos meio século da Revolução do 25 de Abril de 1974, uma data histórica que temos o dever de celebrar, em memória de todos aqueles que lutaram pela Liberdade que define, hoje, as nossas vidas.

A conquista da Liberdade tem o nome de muitas pessoas e de muitas “almas jovens censuradas”, como cantou José Mário Branco.

Muitas dessas pessoas, que sonharam com um país livre, perderam a vida, foram presas e torturadas.

Por isso, antes de mais, lembro, hoje e aqui, todas essas pessoas que lutaram pela liberdade, em particular as pessoas do Município de Ílhavo que não desistiram de ver nascer um país novo, com oportunidades para todos.

Neste dia de celebração da Democracia, homenageio também aqueles que já não estão entre nós e não assistem a este dia feliz que celebra meio século de Liberdade.

Portugal viveu 48 anos em ditadura, tornando-se no mais longo regime autoritário na Europa Ocidental durante o século XX.

A Ditadura Nacional, entre 1926 e 1933, e o Estado Novo de António Oliveira Salazar e Marcello Caetano, entre 1933 e 1974, foram, conjuntamente, uma longa travessia.

Esta longa travessia converteu o país numa economia pobre e fechada e criou uma sociedade castradora, marcada por uma vivência vigiada, onde quase tudo era proibido, como ajuntamentos de mais de três pessoas, andar de bicicleta ou usar isqueiro sem licença, beber Coca-cola, ou ler, ver e ouvir determinados livros, músicas ou filmes.

Em ditadura, a educação era substituída por uma moral paternalista, que passo a citar: “Ensinaí aos vossos filhos o trabalho, ensinaí às vossas filhas a modéstia, ensinaí a todos a virtude da economia. E, se não poderdes fazer deles santos, fazei ao menos cristãos”.

É bom recordar que, apenas em 1974, a escolaridade obrigatória avançou para os seis anos, com a justificação das “exigências e anseios do mundo moderno”.

Portugal estava, assim, condenado a ser um país pobre e analfabeto, devendo ao Abril de 1975 o não cumprimento desse destino.

Tal sucedeu, porque, como escreveu e cantou Ary dos Santos:

“Dentro de um povo escravo / alguém que lhe queria bem / um dia plantou um cravo. Era a semente da esperança / feita de força e vontade / era ainda uma criança, mas já era a liberdade.”

Este mês, a Fundação Francisco Manuel dos Santos, através da Pordata, apresentou uma valiosa infografia reveladora de como evoluiu Portugal desde 1974, que merece e deve ser partilhada, para uma melhor consciência da valiosa herança de Abril de 1974 para o nosso país.

No início dos anos 70, um em cada quatro portugueses era analfabeto, ou seja, existiam 1,8 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever. Destes 64% eram mulheres. Hoje, Portugal tem uma taxa de analfabetismo de 3,1%, o que representa 293 mil pessoas.

Em 1978, nas universidades estavam inscritos 82 mil estudantes, enquanto hoje estão 446 mil estudantes, ou seja, cinco vezes mais jovens no ensino superior.

Aqui, permitam-me que destaque a criação da “nossa” Universidade de Aveiro, determinante no desenvolvimento da sociedade e da economia da nossa região, e em particular do nosso Município, trazendo um novo dinamismo social, económico, cultural e demográfico.

Portugal deve também à democracia uma maior proteção social, com as pensões de velhice atribuídas pela Segurança Social a aumentarem de 441 mil para 2 milhões de pessoas, entre 1974 e 2022.

Em cinco décadas, a economia e o trabalho progrediram, trazendo aos trabalhadores novos direitos, como o salário mínimo nacional, os subsídios de Natal e de férias e o direito à greve. Todas estas mudanças tiveram impacto nas condições de vida dos portugueses, com a compra de casa, o acesso ao consumo e a um melhor nível de vida.

É inquestionável, Portugal transformou-se e as vidas dos portugueses mudaram com a liberdade de expressão, a democratização da Educação e do Ensino Superior, a proteção da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde, o acesso ao emprego e a igualdade de oportunidades na escolha da profissão, que passou a estar consagrada na Constituição da República de 1976.

É importante recordar que foi a Constituição de 1976 que define que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”, pondo fim à definição do homem como “chefe da família” e à subsequente obediência da mulher, determinando que “os conjugues têm iguais direitos quanto à capacidade civil e à manutenção e educação dos filhos”.

Há 50 anos, todas as mulheres conquistaram o direito de votar, de forma universal e livre, pois antes do 25 de Abril, o direito ao voto estava apenas reservado às mulheres com o ensino secundário.

Há 50 anos, as mulheres puderam ser eleitas e aceder a todos os cargos da carreira administrativa local, puderam aceder à Magistratura e à carreira Diplomática.

Há 50 anos, Portugal conquistou uma maior justiça e igualdade social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje estamos aqui reunidos com a mesma condição de cidadãos livres para ser, expressar, pensar, agir, estudar, trabalhar e votar, e conscientes dos nossos direitos e responsabilidades. Abraçamos este tesouro herdado com atenção e vigilância desde o dia 18 de outubro de 2021, quando assumimos o compromisso de governar o Município de Ílhavo, confiados pelo voto das pessoas.

Desde o primeiro dia ambicionamos uma governação orientada pela transparência, proximidade e participação cívica, apostada na deslocalização das reuniões de câmara públicas para as quatro Juntas de Freguesia, de modo a aumentar a democracia participativa, através do diálogo aberto com a população e do envolvimento ativo da comunidade na tomada de decisões.

Lançámos o Orçamento Participativo, uma oportunidade dada, pela primeira vez, aos munícipes para participarem nas decisões sobre os investimentos do Município.

Apresentámos o Concurso de Ideias para a nova ponte da Vista Alegre, que chamou as pessoas para a participação neste projeto diferenciador para o território.

Diariamente, convidamos todos a fazer mais projetos para e do município, desde escolas, associações de pais, associações recreativas, culturais e desportivas e pessoas individuais. Aplicámos um dos maiores investimentos em Educação dos últimos anos, para que as nossas crianças e jovens possam evoluir, desenvolvendo as competências, as capacidades, as atitudes e os valores que lhes permitam aprender continuamente, compreender, questionar, interagir, tomar decisões e transformar o mundo em que vivem.

Estamos a valorizar as nossas pessoas mais velhas, proporcionando uma vasta oferta de atividades, que promovem o convívio e a participação ativa na comunidade, de espaços de lazer e de programas de saúde, favorecendo um ambiente inclusivo e estimulante.

Aqui, no nosso Município de Ílhavo, as pessoas estão, mesmo, no centro da governação, e, por isso, estamos a oferecer melhores acessibilidades e mobilidades, tornando o município mais amigo e seguro para todos.

Juntos estamos a zelar a nossa herança cultural e a valorizar o nosso património material e imaterial, incrementando a promoção cultural, museológica e gastronómica, de uma forma integrada, porque todos ganhámos quando unimos a nossa tradição, a nossa memória, ao nosso património, ao nosso saber fazer.

Estamos a incentivar as boas práticas, a estimular a criatividade, a facilitar as iniciativas pessoais e coletivas, para tornar possível uma mudança relevante na nossa comunidade, porque essa será sempre a maior ambição da democracia.

Estamos mais envolvidos, sendo disso exemplo os projetos comunitários, como o Coro da Madrugada e "Margaridas, cravos e outras primaveras", que nos orgulham enquanto comunidade inclusiva, envolvida e comprometida com os desafios de todos.

Estamos mais unidos na partilha e na vivência diária, cumprindo o compromisso de responder às necessidades de um território que se ambiciona mais desenvolvido, equilibrado e saudável. Com atenção, proximidade e ação, estamos a cumprir juntos os desígnios de Abril, graças aos passos, pequenos e grandes, das muitas pessoas que nos acompanham e inspiram nesta jornada.

A todas as pessoas, agradeço a confiança e o apoio, e deixo a certeza de sonhar, lutar e resistir como o legado de Abril nos ensinou e nos desafia, porque como escreveu Ary dos Santos:

“Depois da tempestade há a bonança / que é verde como a cor que tem a esperança / quando a água de Abril sobre nós cai”.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a Democracia!

Período da “Ordem do Dia” (Sessão Evocativa)

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27:02”)

«Vamos agora dar a palavra aos nossos alunos dos nossos Agrupamentos de Escolas. E vamos começar pelo Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, pela Miriam Picado.»

Da Assembleia Municipal Jovem de Ílhavo

Miriam Picado, Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação: (01:27:36")

«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Excelentíssimos representantes das nossas associações. E excelentíssimo público.

Hoje, reunimo-nos para refletir e celebrar um marco histórico que mudou profundamente o curso da nossa nação: os 50 anos do 25 de Abril, a Revolução dos Cravos. Este acontecimento histórico não apenas marcou o fim de uma era ditadura em Portugal, mas também inaugurou uma nova era de liberdade, democracia e progresso para o nosso país. O 25 de Abril de 1974 foi muito mais do que uma simples mudança de regime político. Foi o despertar de uma nação adormecida sob o jugo autoritário, um grito coletivo por justiça, liberdade e igualdade. Foi o dia em que os portugueses se ergueram unidos, desafiando o regime opressivo do Estado Novo e exigindo um futuro melhor para si e para as gerações futuras, onde me incluo.

Ao discursar sobre este tema, pretendo não apenas recordar o passado, mas também destacar a importância contínua deste evento para o nosso presente e futuro. O 25 de Abril não foi apenas um ponto de viragem na história de Portugal, mas também uma inspiração para lutar pelos valores democráticos em todo o mundo. Esta revolução trouxe consigo uma série de conquistas significativas: a restauração das liberdades civis, a criação de um sistema democrático baseado no Estado de Direito, o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais e o início de um processo de descolonização que respeitasse a autodeterminação dos povos colonizados. Uma das mudanças mais significativas foi a expansão das liberdades individuais. Após décadas de censura e repressão, os portugueses, finalmente, puderam expressar livremente as suas opiniões e as suas ideias, quer na imprensa, nas ruas ou nas assembleias como esta. A liberdade de expressão tornou-se um direito fundamental, permitindo o florescimento do debate público e o fortalecimento da democracia participativa. Além disso, a Revolução dos Cravos trouxe consigo melhorias substanciais nas condições de vida das pessoas, implementação de políticas sociais, como a expansão dos serviços de saúde e educação, a criação de programas de habitação social e a proteção dos direitos dos trabalhadores, o que contribuiu para a melhoria do bem-estar da população. Pela primeira vez, muitos portugueses tiveram acesso a cuidados de saúde básicos, educação gratuita e condições de trabalho mais justas.

Outra mudança notável foi a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento. Bibliotecas, teatros, cinemas e outras instituições culturais tornaram-se espaços abertos a todos, promovendo a diversidade cultural e o intercâmbio de ideias. O investimento na educação e na promoção da cultura contribuiu para a formação de uma cidade mais informada, crítica e criativa. Também abriu caminho para uma maior igualdade de género e para o reconhecimento dos direitos das Mulheres, como cidadãs de pleno direito. Uma das mudanças mais significativas foi a conquista de direitos reprodutivos e sexuais, após décadas de restrições impostas pelo regime anterior. As Mulheres ganharam autonomia sobre os seus corpos e as suas decisões reprodutivas. A legalização do divórcio e a disponibilização de contraceptivos foram passos cruciais para garantir a liberdade e a dignidade das Mulheres. Promoveu também a participação política das Mulheres, reconhecendo-as como agentes ativos na construção da democracia. Com o sufrágio universal, as Mulheres ganharam o direito a votar e a serem eleitas, ampliando assim a representatividade política e promovendo uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Outra mudança significativa foi a luta contra a discriminação de género no local de trabalho. Com a implementação de leis de trabalho mais equitativas, as Mulheres passaram a ter mais oportunidades de emprego e melhores condições de trabalhos, igualdade salarial e o combate à discriminação no acesso ao emprego tornaram-se questões centrais na agenda política e social. No entanto, apesar das conquistas alcançadas ao longo destes 50 anos, ainda muito há a ser feito. A nossa democracia continua a enfrentar desafios, desde a corrupção até às desigualdades sociais, que ameaçam minar os alicerces do nosso sistema político. A luta pela justiça social, pela igualdade de oportunidades e pelo respeito dos direitos de todos os cidadãos é uma batalha contínua que exige o empenho de todos nós. É fundamental que não nos esqueçamos das lições do passado e continuemos a honrar o legado da Revolução dos Cravos. Devemos manter-nos vigilantes na defesa dos nossos direitos e valores democráticos, comprometendo-nos ativamente com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e livre.

Neste 25 de Abril renovemos o nosso compromisso com os ideais de liberdade, democracia e solidariedade que inspiraram os nossos antepassados há meio século. Que esta data nos lembre sempre da importância de preservar e fortalecer as instituições democráticas, garantindo que os princípios pelos quais tanto lutaram não sejam nunca esquecidos, nem negligenciados. Viva o 25 de Abril. Viva a Liberdade. Viva a Democracia.»

Catarina Amaral, Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré: (01:33':33")

«Cumprimento os elementos da Mesa, em especial o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara. Restantes Deputados municipais, entre os quais os da Assembleia Municipal Jovem e todos os presentes.

Chamo-me Catarina Amaral, frequento o 11.º ano, Ciências Socioeconómicas. Sou a líder da bancada do ensino secundário da Assembleia Municipal Jovem do Agrupamento de Escolas de Gafanha Nazaré e tenho 16 anos.

Este ano, várias foram as reflexões e atividades em que participei sobre o tema do 25 de Abril de 1974 e os 50 anos depois. Na maioria ocorreram no Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré. Reconheço que consegui conhecimentos e reflexões muito importantes e lamento que os mesmos não façam parte dos sistemas de programas que as diferentes disciplinas encerram.

Hoje, damos os princípios de Abril como adquiridos. Esquecemos as lutas para conseguir conquistas, que não valorizamos por desconhecimento. Nesta reflexão, questionei-me como teria sido a minha vida se em Abril de 1974 tivesse 16 anos? Como sou curiosa e assisti a uma das atividades do Agrupamento, “Quintas de Abril”, em que muitas foram as intervenções a contar histórias que custa a acreditar que aconteceram. Decidi contactar com alguém, que à data, a sua idade era próxima da minha, para lhe fazer três questões.

A primeira, onde estava no dia 25 de Abril de 74? Obtive a seguinte resposta. No dia 25 de Abril de 74 tinha 14 anos e frequentava o atual 9.º ano, então 5.º ano, num colégio de freiras, era aluna interna. Verdadeiramente, tive a noção da palavra conceito ditadura depois de ter terminado. No entanto, a minha organização familiar foi condicionada fortemente pelo regime do Estado Novo. Ouvia frequentemente em casa alusões a que não se podia comentar cá fora o que se dizia, mesmo quando alguns homens se juntavam para ouvir, fechados numa divisão da casa, a rádio BBC. Cresci com o terror da Guerra no Ultramar, nas nossas ex-colónias, até porque vizinhos da nossa rua, jovens filhos, jovens maridos e pais morreram na Guiné. Tenho um irmão mais velho, dificilmente escaparia e o meu pai tudo fez para o tirar de Portugal. O meu pai foi como turista a alguns países para ver como se organizaria, mas vivia do rendimento das suas terras e vinhas, pelo que a polícia política entendia que não tinha condições de fazer turismo. Todos sabiam que, como então se dizia, “era do contra”. Lembrome de, um dia, irem lá a casa recolher o voto do meu avô, o meu pai não estar e eu ouvir “esse não faz falta”. Dada a idade do meu irmão, era notório o intuito desta viagem. A solução passou por organizar a ida de toda a família. Todos tirámos passaporte, embora eu tenha pedido para ficar a estudar nesse colégio, já frequentado por primas, e o meu pai atendeu ao meu pedido. Facto que, hoje, considero notável. No dia em que o meu pai estava no aeroporto para ir primeiro, de seguida ia a minha mãe e irmão, foi retido pela PIDE, novamente questionando o motivo e duvidando que fosse agricultor, pois tinha a pele das mãos muito fina e branca. Valeu-lhe pagar contribuição predial em três concelhos para acharem que lá teria poços, mas todo este processo implicava pagar a intermediários quantias significativas. Pela intersecção de um tio, que atestou que, apesar de não se identificar com o regime, não era subversivo, deixaram-no viajar, mas ficaram com as malas todas no aeroporto. Chegou aos Estados Unidos sem uma única peça de roupa ou qualquer bem. Quando o fui visitar, fui questionada sobre os reais interesses da família, se têm mudado. Só sabia dizer que ia passar o Natal com os meus pais e irmão. Mesmo sem o recurso à palavra ditadura, eu tinha a noção de que havia medo de represálias e muitas diferenças no acesso a profissões, cursos, empregos. Sabia das histórias dos que tinham ido a salto para França.

À segunda questão, quais foram as diferenças que mais sentiu? Obtive a seguinte resposta. Comecei a aperceber-me das diferenças à medida que as vivenciava. A alegria era contagiante. As pessoas juntavam-se, falavam, conversavam, andavam animadamente nas ruas e em grupo. O 1.º de Maio foi algo inesquecível. Foi como se tivesse aberto a porta de uma jaula e todos saíssem apressados, uns alegres e eufóricos, outros em fúria, tendo-se vivido tempos conturbados. Não sabiam como era viver em liberdade. Como jovem, destaco a alegria da canção, o entoarmos em grupo, ruas fora, no caminho para o liceu, as cantigas censuradas e os cânticos e poemas de Abril, de vibrar com as campanhas de alfabetização e

com o MFA, da avidez de participamos em tudo, a vontade de mudar e de construir, o voluntariado, o serviço cívico e a intervenção de jovens nas aldeias e lugares mais abandonados. Foi aí que começou a definir a nossa orientação ideológica e foi introduzida a disciplina da introdução à política. Ao nível do ensino, o pós 25 de Abril foi muito conturbado, mas grandes mudanças se operaram, desde logo, a escolaridade igual para homens e mulheres e a definição de escolaridade obrigatória. O meu avô tinha a quarta classe, mas a minha avó, apenas, a segunda. As meninas tinham que sair da escola para tratar da casa e dos irmãos mais novos. Um número significativo nem sequer frequentava. A taxa de analfabetos era gritante. As Mulheres não podiam ter conta bancária, só se fossem professoras ou enfermeiras. Tinham de ter autorização superior para se casar, tinham a obrigação de ser submissas e a sua maneira de pensar não tinha qualquer importância, nem podiam sequer votar. No primeiro passaporte da minha mãe figurava que o marido tinha dado autorização para viajar e assim se ia perpetuando a diferenciação. Também fora de casa, ganhavam muito menos que os homens, por exemplo, mesmo em trabalho igual. Começou a haver apoio social que permitiu que muitos jovens continuassem a estudar e a acessem a profissões até aí vedadas às ditas classes mais pobres.

A terceira questão. Hoje qual o reflexo do 25 de Abril de 74? Obtive a seguinte resposta.

50 anos depois do 25 de Abril, o caminho percorrido e as conquistas são imensas, mas estamos a viver uma época em que a maioria dos familiares nasceram já depois do 25 de Abril e a escola tem um enorme papel na sensibilização e divulgação do Estado Novo e do que conseguiu com o 25 de Abril. Salientaria, com particular destaque, o Serviço Nacional de Saúde, o Ensino Público, a Ação Social que permitia continuar a estudar, a valorização do papel da mulher como cidadã de plenos direitos. A liberdade de pensamento, não haver delito de opinião, a importância de eleições democráticas, a adesão à Europa para não continuarmos a ser orgulhosamente sós. Foram criadas condições para que, hoje, fôssemos uma sociedade mais informada, mais educada, mais culta, mais tolerante, mais universalista e esclarecida, mais cidadã, mais livre. Sim. Soubemos aproveitá-las? Nem sempre.

50 anos depois, o 25 de Abril, corre o risco de ser encarado como um simples feriado, um dado adquirido. E o 25 de Abril é um legado, foi-nos entregue a liberdade, a democracia, a responsabilização por agarrar o futuro com as nossas mãos. Compete-nos, a nós, cumprir os ideais de Abril para também deixar este legado às futuras gerações.

Como escreveu Manuel Alegre, *in* “Chegar Aqui”, 1984: “Vi o Abril que ganha e Abril que perde. Abril que foi Abril e o que não foi. Eu vi Abril de ser e de não ser. Abril de Abril vestido, Abril tão verde. Abril de Abril despido, Abril que dói. Abril já feito e ainda por fazer”.

Obrigada, Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Gafanha Nazaré pela sua partilha. Espero que a sua história, vivências, como a de muitos, possam, nesta comemoração, ser voz para reposicionarmos esta temática na ordem do dia de todas as crianças e jovens, por forma a valorizar os princípios tão nobres como a democracia, liberdade e equidade. A música “Uma Gaivota voava, voava. Como ela somos livres, somos livres de voar. Uma papoila crescia, crescia. Como ela somos livres, somos livres de crescer. Uma criança dizia, dizia. Como ela somos livres, somos livres de dizer. Somos um povo que cerra fileiras, parte à conquista do pão e da paz. Somos livres. Somos livres. Não voltaremos atrás”. Letra interpretada por Ermelinda Duarte, com arranjos de José Cid, em 1974, é um hino de esperança e celebração da liberdade, pois reflete a transformação de um povo que passou por opressão e se vê livre para expressar-se, crescer e escolher o seu próprio destino. Só sei que os nossos antepassados merecem que sejamos dignos da sua herança. Com o meu reconhecimento pessoal, muito obrigada.»

Matilde Ferreira, (ex-aluna) Agrupamento de Escolas de Ílhavo: (01:44:26”)

«Gostaria de começar por cumprimentar a Mesa, o Executivo da Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, doutor João Campolargo, os meus antigos colegas e todos os restantes presentes.

Confesso que não estava à espera de intervir hoje, mas no curto espaço de tempo que tive para preparar, espero conseguir transpor todo o simbolismo que a data de hoje tem e espero que gostem e que tenha conseguido mesmo transpor o sentimento que tenho por esta tão bonita data.

Hoje 25 de Abril de 2024 celebramos os 50 anos, um meio século, do Dia da Liberdade. Uma data que marcou um dos momentos mais importantes da nossa história. Este dia é, não apenas uma lembrança do passado, mas sim uma representação do poder de União e de luta pela democracia.

Há 50 anos, os nossos antepassados lutaram pela liberdade, pela justiça e pela igualdade. Graças a este sacrifício, hoje, desfrutamos dos direitos e liberdades e que em muitos outros países não passam de sonhos.

O ano passado, na Sessão de Comemoração dos 49 anos desta mesma data, falei sobre a satisfação que sinto ao ver o que o nosso país evoluiu para uma realidade onde não somos julgados por expressar o que pensamos e sentimos. Enfatizei que a participação jovem na política deve continuar a ser encorajada para que todos possamos deixar um pouco de nós nesta contínua consciencialização do que há 50 anos não passava de um sonho: ter a palavra. Hoje reitero as minhas palavras e volto a dar ênfase ao agradecimento que tenho este Município por nos deixar fazer parte destes momentos importantes.

Reitero que não devemos ser rouxinóis, como no poema de Miguel Torga, Orfeu Rebelde, e não nos devemos acomodar à realidade. Finalmente, reitero que devemos continuar a procurar manter esta liberdade para que as gerações futuras também a possam viver. Obrigada.»

Exortações sobre o 25 de Abril. (oradores convidados)

Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Irene Ribau: (01:46:57")

«João Manuel Senos Nunes da Fonseca, nasceu em Ílhavo em 22 de janeiro de 1939. Licenciado em engenharia mecânica pela Universidade de Coimbra, lecionou, nesta mesma universidade, cadeiras como projeto e máquinas alternativas. Durante a sua vida profissional foi diretor de várias unidades industriais como a Metalurgia Casal, Alfenor e Famel. Escritor, intelectual e autor de diversas obras, à data, mais precisamente 16 livros, com destaque para “Ílhavo, ensaio monográfico”, o “Calão no linguajar dos Ilhos”, “Saga dos Ílhavos”, “Costa Nova, 200 anos de história e tradição”, “Embarcações lagunares, tomo I e II” que recebeu o Prémio Almirante Sarmento Rodrigues, “Os últimos Terras Novas portuguesas”, entre muitos outros, sendo ainda autor do guião dos documentários “Costa Nova do Prado”, “Nas asas da memória”, “Nos mares da memória” e “Mar maior”. Integrou o Conselho Geral da Ordem dos Engenheiros, é membro da Sociedade de Geografia e exerceu o cargo de Presidente da Direção do Illiabum Clube, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo do CASCI e do Clube de Vela da Costa Nova, num período de 36 anos. Ativista antifascista, remonta antes do 25 de Abril a sua intervenção pública e política, nomeadamente como testemunhado nas edições da época do jornal “O Ilhavense”. João Manuel Senos Nunes da Fonseca recebeu a Medalha de Mérito Cultural em prata, em 2016, aquando das celebrações do Feriado Municipal. Dou a palavra ao engenheiro Senos da Fonseca.»

Eng. Senos da Fonseca: (01:49:14")

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Senhores convidados. Senhores representantes oficiais. Agradeço a presença que por pouco esteve para ser cancelada, porque efetivamente há bem pouco tempo, há dias tive um problema um pouco sério na parte da garanta e que ainda hoje me pode, enfim, afetar. Portanto, há palavras que eventualmente eu terei alguma dificuldade em conseguir pronunciá-las. Por isso peço imensa desculpa. Vamos lá então a isto.

É fatal que neste dia se pergunte, ‘onde é que estava quando foi o 25 de Abril?’ A vida reserva-nos uma série de surpresas e aquele dia, para o qual eu pensei tanto, tantos anos, porque lutei tanto, porque arrisquei tanto. Eu devo ter sido dos poucos, muito poucos portugueses que viram nascer, que viram dar os primeiros passos à Revolução de Abril. E conto.

No dia 24, eu tinha ido para Lisboa trabalhar os clientes que tinha em Lisboa, eram um dia profundamente cheio de contactos e não consegui, ao fim da tarde, libertar-me de aceder a jantar com uns clientes, um dos mais importantes, naturalmente, se não, teria negado. E, portanto, a enfim, o jantar feito com vários clientes e muitos amigos, ia durar, provavelmente, a noite inteira, até que eu, há uma da manhã, disse “peço desculpa, mas eu ainda tenho de ir para Ílhavo e tenho ainda de fazer a viagem, e amanhã, às nove horas, tenho, como sempre, de estar na fábrica”. Portanto, meti-me no meu carro e comecei a andar bem. Eram, normalmente, naquele tempo, eram duas horas e meia de viagem que normalmente levava e quando chego ao fim da autoestrada, se se lembram, não sei se alguns se lembram ainda, terminava em Vila Franca de Xira. Eu vejo vários sinais para me encostar, digamos A uma fila de carros que era pouco mais que seis. E, claro, obedeci, naturalmente. E como vinha de um

dia, deviam ser umas 2 da manhã, um dia extremamente maçador eu não saí do carro, o carro era confortável e, portanto, mantive-me bastante tempo, um quarto de hora, ou isso, dentro do automóvel.

Quando não é o meu espanto quando vi, comecei a notar que na faixa contrária, na direção Vila Franca – Lisboa, passava uma coluna militar. Carros de assalto, jipes e tudo. Enfim, eu olhei para aquilo e, sinceramente, pensei ‘são bem manobras militares’, mas resolvi sair do carro para, enfim, ver todo aquele movimento. Qual não foi o meu espanto, ouvir do lado direito, numa baixeira que estava ao lado do automóvel, um grupo de militares, não mais do que uma dúzia, em grande azáfama a tirar cabos elétricos, cabos de transmissão, cabos... e olhei para aquilo tudo, não me apercebi bem, às tantas recebemos a ordem “avancem, avancem, avancem”. Meti-me no carro e, sinceramente, durante a viagem não pensei mais no assunto. Cheguei a casa, deviam ser umas 5 da manhã, e disse à minha esposa “olha, acorda-me às oito, por favor, que eu quero estar na fábrica às nove”. Ela acordava sempre muito cedo, era uma madrugadora, e, de repente, deviam ser umas 7 da manhã, ouvi-se um estardalhaço brutal dentro de casa, “Oh João! Oh João!”, a subir, as escadas a abanarem, “houve uma revolução em Lisboa! Houve uma revolução em Lisboa!”. Eu acordo estremunhado, sem saber o quê, sem saber onde estava. “Tu és tola. De Lisboa venho eu, estava tudo tão sossegado, não havia nada”. De repente, parei e disse “Ai. Então eu estive mesmo a ver a revolução. Então calhou-me a sorte grande e eu deitei o bilhete fora. E nem voltei para trás para assistir a toda a cena da revolução”. E pronto, foi o tempo de tomar um chuveiro e, ao contrário do que era habitual, não foi às nove horas, mas às oito horas que entrei na fábrica.

De facto, eu devo-vos dizer, eu vivi um dia num misto muito estranho. Primeiro, a alegria de qualquer coisa que eu esperei anos e anos e anos e pelo qual lutei ferreamente. Por outro lado, a consciência absoluta que o 25 de Abril tinha-me apanhado num cargo extraordinariamente difícil. Não era uma fábrica, eram três fábricas, uma das quais em Aveiro, duas em Águeda, uma em Sangalhos. Portanto, era de esperar que, mais tarde ou mais cedo, pudesse vir a ter problemas. Felizmente, nunca tive nenhum problema. Felizmente correu tudo muito.

“O dia chegara, enfim. Foram dias, foram anos a esperar por um só dia. Alegrias, desenganos. Foi o tempo que doía. Com os seus riscos e os seus danos, foi a noite e foi o dia na esperança de um só dia”. Sabem de quem é? De Manuel Alegre.

O país renascia de uma longa noite de tenebrosa escuridão, pondo fim à mordaza de um regime ditatorial de cariz fascizante que lhe tinha imposto ao longo de 48 anos. Longos e penosos anos. Anos após anos, cada vez mais afastado e isolado – “orgulhosamente sós, como dizia Salazar - das democracias liberais surgidas após a Segunda Guerra Mundial. Meus senhores e minhas Senhoras.

Eu não sou, nem nada que se pareça, o Manuel Alegre, mas sempre direi: este foi o dia que eu, há tanto, esperava. O dia da guerra acabada. Dia quente de paixões vividas. Portugal acordou da noite negra silenciosa. E vai por aí, livre, à procura do tempo perdido. Navegar é, de novo, preciso.

Amigos.

O sentimento libertário exaltado, por vezes excessivo, dos primeiros tempos vividos em liberdade, sofreu desde cedo o temor do desvio do encontro do país com a democracia. Liberdade e democracia foram as razões determinantes, prioritárias para a eclosão do movimento revolucionário dos militares de Abril. Os excessos cometidos em nome da liberdade, por esta consentida, quando ainda anárquica porque há sempre, em momentos de libertação, excessos provindos daqueles que pouco viveram ou sentiram as agulhas da repressão efetiva, levaram ao aparecimento de correntes políticas radicais da extrema-direita, mas, e também, da extrema-esquerda, gerando um confuso e instável período pós-revolucionário que iria durar nove meses. Meses em que fizemos passar para o exterior a imagem de uma agitação ideológica frenética, preocupante e incompreensível, até. Como se a ideologia fosse, só e apenas, uma opção mimética adaptável a diferentes realidades e a diferentes culturas, capaz de resolver, a regra e esquadro, o problema concreto de qualquer país, como, no dizer de Torga, onde o capricho de um galardoado qualquer, a disposição da sua amante ou a qualidade e quantidade da aguardente que bebe, mudam o curso de uma revolução. O complexo, difícil e controverso, mas prioritário, problema da descolonização fez surgir posições claramente opostas sobre a condição e finalização do mesmo, suficientes, desde logo, para o assumir de posições extremas, discordantes, momentos fraturantes de rutura, até porque incidindo na que tinha sido a razão aglutinadora e justificativa para o Movimento dos Capitães.

Vamos aqui referir, porque julgo que é importante. A minha função não é estar desse lado a falar do que é que queremos de 25 de Abril, mas sim deixar aos mais novos aquilo que eu julgo que é essencial daqui a uns anos recordarem.

Referir-me, então, para memória futura os momentos cruciais, os mais críticos, na nossa opinião. No seio das cúpulas do movimento revolucionário, com especial incidência nas chefias, viviam-se três posições, perfeitamente antagónicas, sobre o caminho a seguir para a revolução. Uma, conectada com a extrema-direita, tendo como cabeça Spínola, então Presidente da República. Outra, moderada, concedida pelo Grupo Central dos operacionais com ligações ao PS, PSD e CDS. E outra, da extrema-esquerda, ligada ao PC, apoiando-se no COPCON, onde pontificava Otelo, com ligações pouco claras à UDP. Começam, assim, os problemas de desvios do 25 de Abril.

A 7 de setembro, Spínola tenta um golpe palaciano militar. Foi derrotado e foge para Espanha. A 11 de março de 75, m esmo em Espanha, Spínola, ainda com a ideia de voltar a ser Presidente da República, de poder inverter a descolonização, forma um grupo, desta vez com algum cariz militar, não se ponde de lado a hipótese da utilização de armas, se necessário fosse. E evocando um conhecimento que teria ouvido no gabinete do Primeiro-ministro espanhol, Carlos Arias Navarro, vem falar numa possível, próxima matança de Páscoa, onde eram de liquidados cerca de 1.500 portugueses.

Spínola movimentava-se e leva, alguns talvez ainda se lembrem, digamos, ao bombardeamento e também ao cerco RAL1, Regimento de Artilharia (RAL1). O Estado-Maior das Forças Armadas fez um apelo à população que, em massa, compareceu - estou a ver essas cenas - e mobilizando os PARAS e conduzindo a libertação do Regimento de Artilharia. Mais uma vez, Spínola, com a família, foge para Espanha.

11 de março, no mesmo dia desta Revolução, de imediato a Assembleia das Forças Armadas cria então o Conselho da Revolução, que assumiria importância transcendente na definição política posterior na formação do IV Governo provisório. E a Assembleia do MFA assume, clara e inequivocamente, o caminho a percorrer pela Revolução: a via socialista democrática moderada. É celebrado então o Pacto MFA partido, tomada a decisão de Eleições para a Assembleia Constituinte, desde logo impondo a institucionalização do MFA na Constituição. Em 25 de abril de 1975, o povo, livre, ordeiro e motivado, vota esmagadoramente pela via socialista, por onde queria seguir. Mas, aquilo que parecia fácil, foi complicado. As forças que, naturalmente, do lado extremista de esquerda, apesar da reforma agrária já em movimento, criaram um problema sério ao país. Portugal esteve, onde tudo parecia que iria entrar nos eixos, Portugal esteve perante um Verão Quente, onde, efetivamente, a situação foi altamente complicada.

O 1.º de Maio de 75, onde o PS confrontou diretamente com o PC no grandioso comício da Fonte Luminosa, 19 de junho de 75, em que Mário Soares exigiu a demissão de Vasco Gonçalves e o ataque extremista à Embaixada de Espanha, foram momentos críticos que pronunciaram momentos de confronto dramático. Contudo, a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar, substituindo Otelo, foi a chispa que conduziu ao confronto direto de forças armadas. E, assim, em 25 de novembro de 1975 é criado o Estado de Sítio. Claro que a o cerco da Assembleia da República, onde Pinheiro de Azevedo, por acaso um oficial com quem embarquei e que conhecia perfeitamente, e de quem tenho histórias que estão muito longe daquelas que se ouvem por aí sobre este Almirante da Marinha de Guerra, disse, na altura em que estava a ser cercada, não gostar de ser chateado com coisas como aquelas. E era assim mesmo, o Pinheiro de Azevedo era assim.

Segue-se a tomada das bases de Tancos, Monte Real e Coimbra, o Comando da Região Aérea de Lisboa e a interrupção da RTP, não sei se estão lembrados em que há uma tentativa de explicar à população o que é que se estaria a passar. É, então, declarado o Estado de Sítio. Controlado o golpe e a vitória da força moderada foi, então, aprovada a Constituição da República Portuguesa, em 2 de abril de 76, foram realizadas as Eleições Legislativas de 25 de Abril do mesmo ano e, depois, as presidenciais, em 27 de junho de 1976. Portanto, estes são os pontos que eu considero, em termos futuros, que se tem uma ideia daquilo, de como se processou. Naturalmente, disto pode-se fazer 10 volumes sobre a história da Revolução de Abril.

Portugal entrou, então, para o grupo das democracias europeias, objetivo perseguido pelas forças moderadas, logo que a vertente civil, do movimento militar, recebeu o encargo de dirigir os destinos do país. Como então referiu Mário Soares, o 25 de Novembro é uma data tão importante para a informação da democracia pluripartidária e civilista, como foi a Revolução dos Cravos.

Encerrado este assunto, há uma pergunta que pode ser feita. Ou se é tão velho, já é tão velho, que se deve lembrar, perfeitamente. E então em Ilhavo? Como é que foi vivido o 25 de Abril?

Permitam-me, então, por um lapso de tempo que se exige curto, fazer um pequeno interregno na abordagem do 25 de Abril, focada apenas em Lisboa e, portanto, deter-me, ainda que muito rapidamente, no reflexo do ato libertador na comunidade ilhavense, abordando o modo como aqui se viveram os acontecimentos no período revolucionário.

Ílhavo, não apenas o centro autárquico, repito, não apenas o centro autárquico, mas também as comunidades das freguesias concelhias, eram, ao tempo, por um histórico e justificado atavismo, comunidades apolíticas. Esse desinteresse pela pax política vinha de tempos remotos, diríamos, desde a sua fundação, acontecido em momentos temporais muito diferentes, como diferentes foram as origens das suas gentes, embora a consolidação desse adiamento tenha sucedido em espaço temporal longo.

O tempo de adaptação, dos aqui chegados, ao meio geográfico e às condições encontradas a que, necessariamente, tiveram de se sujeitar ao converter, para sua sobrevivência, a propensão para a atividade marítima, induzida e lógica, conduziu a um claro desinteresse das gentes sobre os acontecimentos que informavam as decisões do poder concelhio local, desse mantendo-se arredados, numa posição de claro alheamento, desinteresse mesmo, andarilhos do areal afastados, geograficamente, em impostas arredadas, enfronhados naquela que foi o maior processo migratório interno português e, logo mais tarde, embrenhados na faina bacalhoeira ou noutras fainas marítimas longínquas, ausentes por longos períodos, daí eclodiu e enraizou-se este desinteresse pela evolução da política comunitária.

Então, o fim da saga bacalhoeira, onde, e não devemos esquecer que em três famílias de Ílhavo, uma vivia da atividade bacalhoeira, o fim dessa da saga, as preocupações que tal fim colocava à comunidade ilhavense, onde desculpem onde uma em cada três famílias viviam da atividade bacalhoeira, os efeitos colaterais desse fim sobre outras atividades concelhias, construção, reparação naval, extinção do labor feminino nas secas de bacalhau, etc., diluiu, aqui, em Ílhavo, o forte e franco elogio às virtudes cantadas, em outras latitudes, ao movimento libertador de Abril. Sem grandes expressões de regozijo, salvo o 1.º de Maio, mas por razões históricas, Ílhavo viveu, sem grande expressão ou turbulência elogiosa, o acontecimento, antes, com expectativa e preocupação pelas consequências que, cedo se percebeu, iriam cair, inevitavelmente, sob a principal atividade, fonte do alimento principal concelhio. Se dermos uma olhadela ao centenário jornal "O Ilhavense", folheando as páginas desse período de 74 a 76, logo nos apercebemos do que acima dissemos. O jornal nem sequer noticia o acontecimento, evocando já estar encerrada a edição de 25. E apenas, a 1 de maio, num breve e ensosso editorial do seu diretor dá conta do facto, escrevendo: "limitamo-nos a assinalar o facto histórico que, oxalá, seja uma nova era na vida nacional", logo seguido de uma comunicação do General Spínola. E assim continuará com raras referências ao Movimento de Abril ou, quando referido, é acompanhado de avisos cautelares e panos quentes. Há mesmo colaboradores que escrevem enviesados artigos em que parece ser sua intenção ou pretensão branquear os males do fascismo. Só em agosto de 1974 começam a surgir colaboradores afirmativos, mais alinhados com as virtualidades do novo país em construção, que queríamos. O Ilhavense conservador, a determinada altura, parece alinhar com caminhos mais esquerdistas. Há um claro enviesamento editorial provocado por alterações na composição bipartida da direção do jornal. Inesperadamente, ou talvez não, O Ilhavense cessa a publicação a partir de julho de 1975, retomada, mas logo de novo interrompida, com a edição de um único número em dezembro de 1975, então, tendo já como novo diretor de perfil, claramente, conservador.

Até agosto de 1976, a voz de O Ilhavense não se fez ouvir. Espaço temporal em que esteve interrompida a sua normal edição editorial. Foi bem claro o desvio intentado de uma viragem editorial que, embora lenta, foi percecionada pelos seus habituais e fiéis leitores, a ideias e posições pouco consentâneas com o historial do jornal, afastou leitores e contributos publicitários. Durante, praticamente, um ano, a existência e, logo, a continuidade editorial do jornal correram forte perigo de soçobrar. O Ilhavense começará a sua missão informativa, tendo, então, no cabeçalho, como diretor, um elemento do clero ilhavense.

Eu poderia estar aqui, horas e horas, a perorar sobre factos curiosos do 25 de Abril acontecidos em Ílhavo. Seleccionei apenas três que dão, talvez, uma ideia desse tempo. Um dos casos mais curiosos foi a eleição do primeiro Presidente da Comissão Administrativa de Ílhavo. Curioso. Não havia, ainda, uma formação partidária perfeitamente clara, mas havia já grupos, um pouco radicais, que exigiam que, no arrasto daquilo que ia sucedendo pelo país, também se demitisse a Câmara Municipal de Ílhavo que era encabeçada, nessa altura, pelo Major Vianna e cujo Vice-presidente era o Doutor Humberto Rocha. Eu não entendia isso assim. Entendia que devíamos fazer isso com lisura, insisti, várias vezes, nessas reuniões, que me parecia que não poderíamos, de modo nenhum, não era justo, considerar o Major Viana um indivíduo fascista, que era aquilo que se classificavam todas as câmaras, colónias

com o fascismo, e que o correto seria ir falar com ele, expor o problema, sugerir-lhe, talvez, ser ele próprio a tomar a iniciativa de pôr o seu lugar à disposição e ser constituída, na Câmara, uma Comissão, até, digamos, uma situação legalmente constituída, com o Secretário da Câmara e mais uns 4 ou 5 elementos, dos quais, obrigatoriamente, um seria o Major Viana, que fariam a gestão da Câmara. Disso mesmo há um artigo ou há um folheto que é eu próprio assinei, e que por acaso está inserido no “O Ilhavense”, se, por acaso, um dia, tiverem curiosidade podem ler exatamente este que eu, aqui, acabei de dizer em breves palavras.

Portanto, nesse ponto recorro que não foi aceite a minha proposta, a foi-se para o salão de festa do Illiabum, foi uma confusão danada, uma demagogia tola, ao fim de uns tempos ninguém se entendia porque também não havia ninguém que escolhesse quem seria o Presidente. Recorro-me de dizer ao falecido doutor Resende “olha, pah, isto ao menos termina e depois temos de pensar voltar atrás para a solução que eu julgo que é mais correta. De repente, no meio daquilo tudo, há uma pessoa que diz “Eu quero ser”. E foi, foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa. Infelizmente, a meu ver, para mal de Ílhavo.

Também poderia contar aqui o episódio grotesco da minha prisão no Salão Nobre da Câmara Municipal. Aliás, eu costumava dizer que tive uma certa curiosidade. Foi preso antes do 25 de Abril e fui preso depois do 25 de Abril. O que já nem todos se podem gabar tanto. Eu fui preso depois do 25 de Abril por uma coisa muito curiosa. Por ter sido o promotor daquele célebre movimento que pretendia dar o nome de uma rua a Mário Sacramento. Nessa altura, não nesta sala, naquela sala acima, ouvir o nome de Mário Sacramento era a mesma coisa que se falasse do diabo. Houve problemas sobre cenas, e um dia, efetivamente, por decisão de um elemento do CDS, foi proposta a minha perda de mandato. Como desobedeci, o, então Presidente da Câmara chamou a PSP de Aveiro que me veio prender e, claro, houve uma cena de troca de uns galhardetes na sala.

Bem, mas o ponto que eu considero mais ridículo, mesmo, para aqueles que se julgavam serem revolucionários é o seguinte. O único, digamos, o único grupo, movimento, não era um movimento, um grupo que havia no Distrito de Aveiro e que, enfim, tinha umas reuniões políticas com alguma é, enfim, alguma cadência era o chamado “O Revirvalho”. O Revirvalho tinha também em Ílhavo um grupo, uma secção. Esse Revirvalho era um grupo de republicanos, enfim, saudosos dos tempos da República, mas tinham uma consciência e uma formação política que não era de desprezar. Ora bem, essas reuniões eram feitas, muitas vezes, em casa de cada um, uns jantares, e, sem que se perceba como, há um casal simpático, ela, filha de um juiz desembargador, ele, funcionário da Vista Alegre, que penetram nesse grupo. E estão são sempre dispostos a tudo. Oferecem, também, quando lhes calha a sua vez, uns ricos jantares, discutem, tinham uma curiosidade. Este busto que está aqui atrás de mim, que era o busto da República, e que julgo que pertenceu, exatamente, à dona Dininha Lé, era sempre um problema de saber quando íamos fazer os comícios a Sangalhos, a Águeda, quem é que levava este busto no carro, porque, enfim, o carro podia ser mandado parar. Ora bem, esse casal dizia “levamos nós, não há problema nenhum”. E eram sempre quem transportava o busto e ia por o busto no palco. Bem, o 25 de Abril veio e, de repente, esse casal desapareceu de Ílhavo e só depois soubemos que, efetivamente, eram elementos da PIDE. E viemos isso pelos nossos processos da PIDE. Portanto, este para mim é o assunto mais ridículo porque ninguém, ninguém, nem de Aveiro, nem de Ílhavo, nem de parte alguma, tivemos a mínima noção que aqueles senhores, tão solícitos, afinal, eram elementos da PIDE. Podíamos estar aqui a contar histórias até amanhã.

Senhoras e Senhores.

Hoje, precisamente ao tempo de comemorar 50 anos de Abril, há quem sinta um esmorecimento ou até se interrogue “valeu a pena”? Compreendo, mas não aceito certo esmorecimento, certa desilusão, certo desencanto e pergunto o que nos prometeu, afinal, a Revolução de Abril? Liberdade, democracia e desenvolvimento. É um facto. Sim, a liberdade e a democracia eram promessas do MFA que o MFA, temporalmente, poderia cumprir. Desenvolvimento era pretensão, era esperança e era desejo apenas porque, regressados aos quartéis, como na realidade, depois de tempos conturbados, aconteceu, competia à sociedade civil, e não o devemos esquecer, promover e levar a cabo o desenvolvimento pretendido. Vejamos. Viver em democracia é saber que a todos é permitir sair em igualdade do mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, tal, depende de cada um.

O 25 de Abril cumpriu tal promessa e, hoje, somos um país livre e respeitado, com um lugar assumido e até destacado, entre outras democracias, já há muito vivendo em perfeita legitimidade parlamentar e governamental.

Sobre as metas atingidas, centra-se, hoje, a maior parcela desencanto, reconheço, de inteira responsabilidade civil, apesar do crescimento económico indiscutível, do aumento do bem-estar da população.

O incumprimento das promessas anunciadas em campanhas eleitorais, por que o país não produz, nem amealha o suficiente para lhes dar suporte, geram uma, cada vez mais, evidente pulverização partidária que, perigosamente, pode local pode colocar o país perante uma inviabilidade governativa. Já estamos, pois, a viver momentos críticos, a justificar atento seguimento e, se necessário, o assumir de posições que não permitam o percurso dos caminhos desconhecidos.

Festejamos Abril mesmo em crise ameaçadora, mas conscientes que, eu não sou o Manuel Alegre, nem sou a Sophia Breyner, mas enfim, este é da minha lavra, “A liberdade não se dá, conquista-se. E foi neste caminho tortuoso, mais longo que as curvas da vida, que o resto das tuas promessas se desvaneceu. Já não há cravos, nem rosas, nem espingardas, nem sonhos gritados aos céus. Tudo é nebuloso. O povo desunido foi claramente vencido. Meu canto é, pois, triste. Choro, em cada verso, a desilusão dos sonhos que não cabiam na mão, em todas as mãos. Hoje é a véspera do não chegar nunca a ser. Vou por aqui ficar a velar, à espera de que aconteça o que quer que seja. Ao longe ouço tambores, mas não os vejo. Eu queria vê-los, ouvi-los rufar, a anunciar que é lenta a marcha, mas há que recomeçar. No ar paira uma promessa de um dia se voltar a cantar os versos da Primavera, de novo florida. Seremos, então, tantos, seremos todos de braço no ar a empunhar de novo a flor, a gritar a raiva que nos move, a perguntar aos demais, de novo enganados... Não, nunca mais!”

Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Pedro Tróia: (02:23':06")

«Manuel Rocha Galante nasceu em Ílhavo, em 1947. Foi estudante na ECA, Escola Industrial e Comercial de Aveiro e no antigo Instituto Industrial do Porto. Licenciado em engenharia técnica de eletrotécnica e máquinas, estagiou na Metalurgia Casal.

Prestou serviço militar, de abril de 1971 a janeiro de 1975, com a patente de capitão miliciano na antiga província de Angola.

No pós serviço militar, foi professor do ensino secundário, de fevereiro de 1975 a dezembro de 1982.

Foi autarca, de 1983 a dezembro de 1997, como Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Foi ainda Presidente da JAPA, Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Prestou serviço como Administrador-Delegado das Associações de Municípios do Carvoeiro e da Ria de Aveiro, de 1985 a 2010. Engenheiro Rocha Galante, dou-lhe a palavra.»

Eng. Manuel Rocha Galante: (02:24':38")

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhor Vereadores. Senhores Presidentes de Junta. Convidados. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Em primeiro lugar, queria dizer que se o Zé António Paradela tivesse entre nós, ele estaria, aqui, de certeza. Ele foi o responsável por esta sala e não só.

Em segundo lugar, queria dizer que no 25 de Abril de 74 eu estava em Angola, a cumprir serviço militar. Estava no chamado Planalto Central Huambo, concretamente em Nova Lisboa, que é uma cidade, era, há 50 anos, era uma cidade bonita e espetacular.

Eu queria significar que nós, Portugal participou na Primeira Guerra Mundial, um bocado naïfs, Sem equipamentos, sem fardamentos, sem preparação, sem nada e foi o desastre que se conhece. Morreram milhares.

Na Segunda Guerra Mundial, nós fomos cautelosos. Aliás, como o nosso Chefe do Estado Novo, doutor António Oliveira Salazar, conseguiu fazer, portanto, não direi a quadratura do círculo, mas conseguiu, realmente, vender ao prémio a Alemanha nazi e conseguiu pôr os Açores à disposição das forças aliadas, nomeadamente dos Estados Unidos e do Reino Unido. Simultaneamente, fez a adesão à NATO e foi fundador. Portugal foi fundador da NATO. Nós hoje falamos muito da NATO, pelos conflitos que estão latentes e que, eventualmente, se vão agravar. É o que diz o Ministro alemão. Hoje acho que tem 37 membros, mas, na altura, tinha 12. E foi constituído em 49, foi celebrado, agora, em 4 de abril, os 75 anos, pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Noruega, Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Portugal, Islândia e Luxemburgo. Portanto, tudo democracias, excepcionando Portugal que era uma ditadura. E continuou a ser. E Portugal aderiu à NATO e à fundação da NATO também para salvaguarda dos interesses um pouco escondidos do generalíssimo Franco, que teve sempre aspirações, naturalmente, ao nosso país. Não há noutra altura.

Referenciava, também, aliás, pouco tempo depois da constituição da NATO, constituiu-se o Pacto de Varsóvia, como sabem, no âmbito da União Soviética, ou da ex-União Soviética. Uma adesão que nós tivemos, também, muito importante do Estado Novo, foi a adesão à época, a EFTA, Associação Europeia de Comércio Livre. E porquê? Porque, efetivamente, permitiu, foi instituído em 60 para promover o comércio livre e a integração económica entre os seus membros. E reparem nos países que a constituíram: Áustria, Dinamarca, Noruega, nós, Suécia, Suíça e Reino Unido. Tu democracias de top ou do topo, como se quer, e Portugal, mais uma vez, a ditadura, foi aceite pelos seus parceiros. Agora, o que nós não conseguimos fazer, lamentavelmente, foi uma descolonização a tempo e horas. A tempo e horas, porquê? Por incapacidade do próprio Estado Novo. Instituiu a censura, a polícia política, a PIDE, depois, mais tarde, DGS (Direção-geral de Segurança). As eleições, enfim. Eram um proforma. E da mesma maneira que aderiu à EFTA, criou a lei do condicionamento industrial. Quer dizer, só investia quem o Governo queria. E, portanto, ou estava alinhado o investidor com o Governo ou então não era autorizado. E, portanto, uma limitação, claramente, no âmbito do investimento e do crescimento industrial. É uma contradição, era uma certa bipolaridade do próprio regime, mas isso era consequência das opções, enfim, que teve.

E reparem que, logo após a Segunda Guerra Mundial, talvez na década de 60, todos os países europeus descolonizaram, a passar pela Inglaterra que era, realmente, o maior colonizador mundial. Mas estou a reportar-me, claramente, a África. A Inglaterra, a França, a Itália, a Bélgica, etc., e, portanto, nós ficámos parados. Ficámos parados “orgulhosamente sós”. E o “orgulhosamente sós” custou aquilo que nós sabemos. Nos finais de 60, primeiros meses de 61, a revolta dos camponeses do algodão na baixa do Cassange, o assalto dos nacionalistas angolanos às cadeias de Luanda e o levantamento no norte do território. Nós sabemos que, realmente, foi uma tragédia. E, portanto, a opção de Salazar foi “para Angola e em força”. E foi assim. As próprias tropas que foram, o engenheiro Fonseca lembra-se, era de bivaque, era de caqui. Enfim, o Reinaldo Pete foi dos primeiros. E pronto, foi realmente uma complicação com a chacina do Norte e todas as consequências que isso trouxe.

E, portanto, a UPA (União dos Povos de Angola) e o MPLA, na altura, foram eles que, realmente, desestabilizaram, claramente, e criaram problemas complicadíssimos. Portanto, o Estado português teve que, realmente, se movimentar. Isto alargou-se à Guiné-Bissau e a Moçambique. A União Soviética, já no âmbito da Guerra Fria, apoiava esses movimentos. Mais tarde, os próprios Estados Unidos apoiavam movimentos de libertação não marxistas, nomeadamente a Renamo e a UNITA. E pronto, Portugal viu-se na necessidade, face estas frentes todas, de começar a criar forças africanas de reforço, também. 47% eram tropas africanas. Eles criaram uma escola de operação militar no Huambo, concretamente em Nova Lisboa, para formar sargentos e oficiais, e tinham regimentos espalhados pelo país, ou pela colónia ou pela província, como se quiser. Portanto, cada regime, depois, tinha companhias, quatro ou cinco companhias, cada companhia depois tinha destacamentos, enfim, era esta a quadrícula militar. Era a região militar de Angola, com regiões militares a Leste e a Norte, aqui e acolá e, depois, em cada região militar havia um conjunto de batalhões e o batalhão tinha quatro ou cinco companhias, e cada companhia tinha dois ou três destacamentos. Portanto, a cobertura era feita dessa maneira. As populações estavam, de certa forma, adstritas à segurança militar e, portanto, era assim que as questões funcionavam.

Agora, o problema que se pôs é que, em 70, 68, 69 a juventude não aderiu à Academia Militar, a Academia Militar não tinha ninguém, portanto, havia um estigma na sociedade portuguesa contra os militares, que era uma coisa muito difícil. E, portanto, o exército não se conseguia alimentar, portanto, de oficiais. E não se conseguindo alimentar de oficiais teve que encontrar soluções alternativas. A primeira solução foi ir buscar pessoas, homens, que tinham passado à disponibilidade, que tinham feito quatro anos de tropa como tenentes, passaram à disponibilidade, chamaram-nos, deram-lhes um curso em Mafra, de 6 meses, para os prepararem para irem para África comandar companhias mais dois anos, apanharam seis ou sete anos. O engenheiro Fonseca sabe isso bem, que o engenheiro Picado, seu cunhado, foi, efetivamente, vítima dessa situação. E as pessoas não tinham alternativas, tinham que ir.

Acabou este naipe de pessoas, então a solução mágica foi, dos que vão para o serviço militar pela primeira vez, foi o meu caso e outros, eram incorporadas 800 pessoas, em Mafra, e depois selecionavam entre a recruta, os psicólogos do exército e outras entidades, eles selecionavam, portanto, 30 soldados cadetes, como se chamava. Esses 30, quando iam para a especialidade, já se sabia que os primeiros 10 iam para Angola, os segundo 10 iam para Moçambique, e os últimos 10 iam para a Guiné. Isto significava que toda a gente tinha que pedalar porque Angola era um terreno mais propício, mais fácil. De maneira que eu acabei por estar nesse grupo, fiquei nos primeiros 10 e fui para Angola, para a zona militar leste,

aquele quadrado que entra na Zâmbia. De maneira que fui daqui de avião, parei nas Canárias, cheguei a Luanda. De camião de autocarro para Nova Lisboa. De caminho de ferro de Benguela para o Luso, do Luso de avião para o Cazombo, era um batalhão que é o tal que fica no quadrado, já na Zâmbia e depois mais para o norte, de berliet. Estive lá quatro meses. E pronto, vim novamente para Mafra tirar o tal curso, e os outros também tiraram, e que se esgotou esse naipe de pessoas.

De maneira que fui para Angola, novamente, ao fim de 6 meses, fui o primeiro do curso. Fui para Angola para a mesma zona Leste.

A zona Leste, é uma zona plana, uma zona arbustiva, chamemos-lhe assim, mas de muitos brejos, como nós aqui dizemos. E, portanto, foi essa a missão. Nessas zonas faziam-se 130 quilómetros cada grupo de combate, um ou, se fosse a nível de comando de companhia, eram dois. Largavam-se “aqui” e tinham 5 dias para chegar ao ponto dos 135 km. E tinham que levar às costas um saco com 5 peixes, 5 rações de combate, um ponche, uma tenda, o cobertor, etc., e umas botas para, eventualmente, enfim. É à mão levavam a G3, os carregadores, 4 carregadores, o cantil. Portanto, estão a ver, realmente, como era doloroso. É certo que os Alferes, os Furriéis, o Enfermeiro, o homem das transmissões, tinham carregadores da população para lhes levar o saco. Eles ficavam mais folgados para servirem melhor.

Eu acabei por estar 1 ano na Companhia, a comandar esta Companhia, uma companhia só de africanos. Eu ia para as operações, eu também não fiz muitas, fiz duas ao nível de comando de uma companhia. Uma foi recolhido para helicópteros. E outra foi, efetivamente, enfim, mais complicado. Eu tinha dois Alferes, até os Alferes eram negros, tinham lá 2 alferes, era um da UNITA e o outro era um do MPLA, por acaso o do MPLA morreu há dias, que eu soube, era quadro superior da administração angolana, da República Popular de Angola. O outro não sei, ela era da UNITA e portanto, possivelmente a UNITA depois foi dizimada, ou parte dizimada, terá sido, eventualmente, fustigado. Mas nunca tive problemas. Nós íamos para o mato, às cinco da tarde já era de noite, fazíamos o círculo e como aquilo eram soldados negros, habituados, portanto, enfim... era fogueira aqui, acolá, etc., etc. Uma vez, realmente, tivemos um contato, porque havia um grupo que se infiltrava, isto era quase próximo, junto da fronteira, mas pronto, houve uma fugachada, mas felizmente não se matou ninguém e acabou esse problema. Nunca mais tive quaisquer problemas, nesse sentido.

Eu disse há pouco que o 25 de Abril foi passado, realmente, em Nova Lisboa. Não se passou nada. Quer dizer, as pessoas não reagiram. Quer dizer, o 25 de Abril chegou a Angola em agosto. Quando o engenheiro Fonseca, há pouco, fazia as forças que havia nas forças armadas, portanto, spinolistas, centristas e esquerdistas., quem é que chegou a Angola? O General Silvino Silvério Marques foi chamado a Lisboa. Ele, possivelmente, boicotava o MPLA ou qualquer coisa havia, enfim, e já não voltou. Quem voltou, foi o Vice-Almirante Rosa Coutinho. Foi em agosto, eu acabava a comissão em agosto, para me vir embora. Então, o que é que aconteceu? Agora estava no Regimento de Infantaria 21, porque em Nova Lisboa havia um Regimento, havia a Escola de Operação Militar de Angola, formação de oficiais sargentos e discutia-se muito a questão, entre eles, naturalmente, entre os soldados cadetes angolanos, brancos e negros, mas nós vamos para a independência? Não temos bandeira. Não vamos beijar a bandeira portuguesa. Porque, entretanto, estava-se a aproximar o Juramento de Bandeira. Quer dizer, aquilo criou ali um rebuliço muito grande que se estendeu ao grupo de Artilharia Campanha, que também havia um quartel, mas era mais pequeno, e depois estendeu-se ao quartel onde eu estava, ao Regimento de infantaria. Estavam lá 2.000 soldados em formação, recrutas. Eu entrei em serviço e diz-me o Capitão do quadro, “Oh Galante, depois vais ter problemas”. E eu fiquei preocupado e comecei a dar a volta, a falar com um capitão que era comandante de companhia: “o que é que se passa?”. “Aqui está tudo bem”. A seguir... “não, pah, eles vão apresentar um caderno reivindicativo”, os soldados.

E, portanto, assim aconteceu. Eu chamei a atenção do comandante, do segundo comandante. E diz o comandante “isto é melhor ninguém sair daqui para ir almoçar, porque a malta estava a 10 km da cidade e ia lá.” Então ficaram. Eu fui na formatura, aquilo eram naves enormes, eles lá entraram e não se sentavam. E eu dizia “então, mas porque não se sentam?”. E lá se sentaram, mas depois não comiam. “Não comemos porque o comer é sempre o mesmo, e quando é bom é pouco, e não sei o quê., não sei que mais”. Eu falei com o comandante e disse “Oh comandante, isto está aqui um levantamento de rancho”. Está bem, eu cheguei lá e disse “meus amigos, podem sair”. Aquilo foi terrinas, foi pão, foi tudo por todo lado. E saíram. E eu fui comer com Oficial de Dia ou o Oficial de Operações, acho que era assim, era o homem que, se fosse necessário, tinha que intervir com o piquete, porque havia sempre um piquete formado. Vamos comer para o refeitório e passado um bocado telefonam, estavam a assaltar as prisões. Lá rompi, então, por entre aquela malta toda, daquela turba, falei com os

presos, lá lhes disse “vão cada uma para a sua cela, vejam lá que caderno reivindicativo é que querem, não sei quê, que daqui por uma hora venho cá outra vez e tal”. E eles aceitaram. Mas depois, desmobilizar os que estavam cá fora. A gente está armada, eles empantoados contra a parede, estavam lá os líderes angolanos, jovens de 20 anos. Lá cacei um ou dois, lá os meti também é do pátio. Lá lhes disse que o pessoal que estava ali preso não era por questões ideológicas e políticas, era por questões, enfim, de incumprimento, de rigor, etc., etc., e roubos. Pronto lá se desmobilizaram. Venho a vir para o edifício do comando, arrearam a Bandeira Nacional, a mesma turba. Mas vocês sabem como é que são os angolanos, os angolanos quer dizer, os negros. Quando eles querem protestar, como é que eles marcham? A gente vê isso na África do Sul, vê isso noutros países, quando há manifestações. Arrearam a bandeira nacional, rasgaram-na completamente e perseguiram todos os oficiais do quadro. Perseguiam, tiveram que fugir. O quartel ficou nas minhas mãos e de outro camarada, em contato permanente. Lá o convenci, ao comandante, e disse-lhe “temos que formar o pessoal mandar tudo para casa”. Pronto, está bem e tal. Lá se formou o pessoal todo, megafones para aqui, para acolá, já vieram de saco, preparados. Acabou a disciplina. O Comandante ainda falou com eles, disse umas palavras e foi tudo desmobilizado. O quartel ficou reduzida a 40, 50 pessoas. Normalmente, falamos da chamada metrópole que iam lá tirar o curso de comandos, chumbavam e, depois, entravam na guarnição normal.

Eu aguentei, depois, até finais de dezembro, porque aqui era “não aos embarques”, “não aos embarques”, “não aos embarques”. E eu tive que aguentar até ao último minuto que, tecnicamente ou legalmente podia estar. Meteram-me num avião e mandara-me embora.

Eu fui sempre sozinho na questão da tropa. Fui para lá sozinho, andei para trás e para a frente sozinho. Havia companhias que se formavam cá e, então, havia um espírito de corpo, havia um conhecimento, havia uma amizade, havia isso tudo.

Enfim, é realmente uma situação complicada. E pronto.

O que é certo é que o que se passou a seguir, então, foi o caos, como sabem.

Os movimentos brancos a tentar formar movimentos políticos, partidos e depois foi tudo desmobilizado. E depois foi a luta em Luanda, particularmente. O MPLA conseguiu expulsar a UNITA e conseguiu expulsar a FNLA. A UNITA estava reduzida a uma área territorial de Angola, mas que não atacava, nem era atacada. Havia uma convivência com a PIDE ou com...

Eu nunca fui perturbado, nem nunca contactaram, mesmo enquanto comandante militar, pela PIDE. É verdade. O que é certo é que logo após agosto, o Savimbi, para justificar-se e para se justificar o movimento de libertação, a UNITA, fizeram emboscadas porque a malta desmobilizou as nossas tropas. As armas já iam debaixo do banco ou qualquer coisa. Emboscadas que mataram dezenas e dezenas e dezenas de militares. Para se justificar os acordos de Alvor foram logo a 15 janeiro de 76. Foi aí que se definiu, realmente, as áreas de influência, a composição do governo, etc. E depois, entretanto, foi o caos até o MPLA ficar sozinho, manter a guerra civil durante 20 ou 30 anos e liquidar o Savimbi. Naturalmente, a UNITA, agora, continua com movimento político, como sabem

Eu queria também dizer, de facto, que em relação ao 25 de Abril, há conquistas que são irreversíveis. Tudo o que já foi dito, realmente, apoio e reitero da mesma forma. Acho que foram intervenções, sobre o 25 de Abril, excelentes e a Assembleia Municipal de Ílhavo está de parabéns pela qualidade das intervenções.

Já foi dito pela PORDATA. 5% dos jovens completaram o ensino secundário, em 64, hoje são 88%. Há 5 vezes mais alunos agora, do que em 78. Da saúde, vivíamos 68 anos em 64, em 2022 chegamos aos 81. Realmente é uma esperança de vida alargada por questões naturalmente qualidade. No âmbito autárquico, que foi a tarefa a que eu estive ligado durante muitos anos, realmente, as infraestruturas básicas, saneamentos, ainda há alguma coisa que ainda falta fazer, mas as redes de água nós conseguimos resolver isso logo no princípio, não é? E a parte elétrica também. Infelizmente, nós vivemos numa zona que tem alguma capacidade, de facto, e a própria EDP.

E agora, na adesão à União Europeia, realmente houve investimentos fortíssimos, portanto, todas as câmaras municipais e todos os presidentes, ainda hoje continuam, naturalmente, a...

Agora, nós estamos quase com 40 anos de fundos comunitários. Quer dizer, de facto, nós queremos reabilitar um equipamento que já foi financiado, pedir um segundo financiamento para reabilitar parece pouco chato.

Portugal tem que gerar economia para poder prescindir efetivamente desta situação. Não é que nós sejamos pedintes, mas é, realmente, muito tempo. É a mesma coisa que um jovem que tem 40 anos ainda estar em casa dos pais. Não é uma coisa assim muito própria, mas enfim.

A visão da União Europeia, permitiu-nos alargar municípios e conseguir construir soluções intermunicipais. Estou a falar da Região de Turismo da Rota da Luz, estou a falar da

Associação de Municípios do Carvoeiro, estou a falar da Associação de Municípios da Ria, que se transformou depois na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que é, hoje, a designação correta.

Enfim, acho que temos que melhorar realmente a imagem das instituições. Portanto, o povo português está um pouco cansado. Também é verdade que os debates, os comentários é uma coisa. Os políticos passam para comentadores, os comentadores passam a políticos e a gente, em determinada altura, já tem dificuldade em entender e, portanto, há um cansaço. Realmente, é preciso revigorar as mentes das pessoas e a juventude tem que ter essa capacidade.

Eu terminava dizendo que há uma realidade que é evidente. Ílhavo pode-se honrar de quase 48 anos, de 66 até agora, do poder local democrático. Não houve casos de corrupção, fenómeno que muito preocupa a sociedade portuguesa. Acho que, realmente, todos os Vereadores e todos os Presidentes, os que estão em funções, vão certamente atingir esse objetivo também. Acho que é, realmente, um mérito grande que de certa forma nos honra também.

Termino desejando um 25 de Abril renovado, uma democracia forte, robustecida e participada. Muito obrigado.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:53:42")

«Peço-vos apenas mais só um minuto ou dois.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Hoje, neste dia tão significativo para todos nós, reunimo-nos nesta sessão evocativa do 25 de Abril para celebrar e honrar os valores de Abril, da Liberdade, da Democracia e da Justiça que foram conquistados há 50 anos.

Permitam-me começar por expressar, em nome desta Assembleia Municipal, a minha profunda gratidão a todos os que lutaram e sacrificaram para que pudéssemos desfrutar dos direitos e liberdades que hoje temos. A coragem, a determinação daqueles que estiveram nas ruas, nas praças, nas fábricas e nas escolas, lutando pela queda de um regime opressivo, são um exemplo eterno do poder da vontade humana e da busca pela dignidade.

Neste dia recordamos, com respeito e admiração, todos os que deram as suas vidas, todos os que sofreram na prisão, todos os que foram perseguidos e silenciados. A sua memória é um farol que guia o nosso caminho, lembrando-nos sempre da importância de defendermos os valores da liberdade e da justiça. Ao mesmo tempo, é também um momento para celebrarmos os progressos que alcançámos desde então. A democracia que hoje desfrutamos é um tesouro precioso que devemos proteger e fortalecer a cada dia. Devemos manter vivo o espírito da solidariedade e do respeito mútuo que nos uniu na luta pela liberdade, sem nunca esquecer que a democracia exige o compromisso de todos nós, cidadãos conscientes e ativos.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os que contribuíram para a organização desta sessão evocativa, assim como a todos os que se juntaram a nós para celebrar este dia tão especial. A vossa presença aqui, hoje, é uma prova do vosso compromisso com os valores democráticos e da vossa determinação em manter viva a chama da Liberdade.

Aos nossos adolescentes e jovens alunos, a Miriam, a Catarina, a Matilde, o Rui, a Marta, agradeço o compromisso e dedicação, ao mesmo tempo que vos admiro pela iniciativa, participação. Vocês representam o futuro, a esperança e a promessa de um mundo melhor. É uma verdadeira honra estar aqui diante de vós. Neste momento, o mundo pode ser um lugar desafiador e muitas vezes intimidante, mas vocês enfrentam esses desafios com determinação e resiliência. Vocês não devem ter medo de levantar a voz em prol da justiça, da igualdade e do respeito mútuo. E isso é algo verdadeiramente inspirador.

Aos engenheiros Senos da Fonseca e Manuel Galante, engenheiros da nossa democracia, muito obrigado por partilharem connosco os vossos testemunhos e experiências. O vosso relato são como preciosos tesouros cheios de sabedoria, inspiração e lições de vida que não apenas enriquecem as nossas mentes, mas nos tocam no coração. Vivemos num mundo onde a velocidade e a mudança muitas vezes nos fazem esquecer o passado. Os senhores carregam convosco as histórias de tempos passados, de desafios superados e de triunfos

celebrados. É através das vossas palavras que podemos aprender valiosas lições sobre resiliência, perseverança e esperança.

Finalizo com um agradecimento, igualmente muito especial, que fique também como marca dos 50 anos do 25 de Abril aqui em Ílhavo. Muito obrigado, à Ana Rita Fonseca, ao Diogo Bastos, ao nosso deputado Ricardo Mendes e, finalmente, à minha professora de música preferida, a Maria João Balseiro. A Maria João deu-me segurança quanto aos momentos musicais, tendo sido a responsável máxima pelo espetáculo musical que aqui hoje assistimos. Maria João, um beijinho. A todos o nosso muito obrigado e peço para eles mais uma salva de Palmas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Em nome de todos os presentes, quero expressar o nosso profundo agradecimento aos que vieram antes de nós, aos que estão ao nosso lado e aos que virão depois de nós, que possamos honrar o seu legado, proteger os seus ideais e construir um futuro mais justo e mais livre para todos. Muito obrigado a todos.

Aos nossos Deputados Municipais é apenas um até amanhã e ao nosso Executivo. Amanhã temos a nossa primeira reunião da sessão ordinária do mês de abril.

Vou encerrar os trabalhos. Agradeço uma vez mais a vossa presença e convido todos para um Porto da Liberdade, aqui no exterior do Salão Nobre. Muito obrigado a todos.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 20:00 do dia 25 de abril de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)